



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 1975

(QUINTA FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Otássio Pereira.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Escarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho, Lázaro Dumont e Wilson Fortes. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

MENSAGENS:

Sob o nº 21/75, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica do Turno Aditivo datado de 9 de abril de 1975, ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para execução do Projeto de informação de mercado agrícola:— A.C.C.J.

TELEX.

Do Senhor ERWINO HUSNER – Presidente, nos seguintes termos da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL ASSIS CHATEAUBRIAND UNE-SE ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PARANÁ CONTRA ENCAMPAÇÃO CONTROLE ADIONÁRIO TELEPAR PELA TELEBRAS.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer ouvido o plenário, 30 (trinta) dias de licença em prorrogação, para tratamento de saúde, de acordo com o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1975

a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o plenário, a inclusão na Ata dos trabalhos de hoje, um VOTO DE PESAR, pelo falecimento do ex-Deputado Estadual JOSÉ DARU.

O mencionado Senhor nasceu no dia 28 de maio de 1903, em Santa Felicidade, nesta Capital. Iniciou sua vida como agricultor, operário, agrimensor, comerciante e industrial.

Exerceu o mandato de Deputado Estadual na Legislatura de 1947–1950. No biênio 1947–1948, participou das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio e Polícia. Durante o biênio 1949–1950, participou das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio, de Terras e de Imigração e Colonização.

Figura destacada nos meios políticos e sociais do Estado, foi também, Diretor Conselheiro da Caixa de Habitação Popular do Estado, sempre trabalhando em prol do maior desenvolvimento e progresso de nosso Estado.

Requer ainda, da decisão da Casa, dê-se ciência à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975.

a) ACCIOLY NETTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na prerrogativa de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de regozijo pela passagem do “Dia da Vitória” e o término da II Guerra Mundial.

Exatamente há 30 anos atrás, os contingentes aliados obtinham a rendição incondicional das Forças do Eixo, após anos de sangrentas batalhas em território europeu, onde centenas de milhares de soldados de todas as nacionalidades tomaram heroicamente em defesa da democracia e da liberdade.

Neste feito memorável, tão arduamente conquistado, não podemos omitir a presença e a atuação da gloriosa Força Expedicionária Brasileira, os heróicos “pracinhas” da F.E.B., que para

os campos de luta se dirigiram em defesa da pátria ameaçada pela opressão, pela crueldade, pela loucura.

Assim sendo, Senhor Presidente, submetemos a deliberação do plenário da Casa a presente solicitação, como uma homenagem aqueles, que segundo uma expressão de Churchill, "Com Sangue, Suor e Lágrimas", permitiram que hoje vivamos um mundo menos conturbado, com mais compreensão, paz e amor

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscreve, nos usos de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Casa, após ciência e anuência do plenário, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, afim de que, aquela autoridade máxima do Poder Executivo, autorize, através da parte competente, a transmissão direta das Sessões deste Legislativo, pela Rádio do Colégio Estadual do Paraná, emissora oficial do Governo paranaense.

A medida, Sr. Presidente, viria trazer benefícios sem conta à divulgação da atuação em plenário dos Srs. Deputados, permitindo, ainda, ao povo paranaense participar, mais de perto, das atuações de seus representantes nesta Casa de Leis.

Com a medida em tela, estaríamos entrelaçando, ainda mais este Poder com a população, já que, é o mesmo, de fato, o seu verdadeiro porta-voz.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1975.

aa) DOMICIO SCARAMELLA
MAURÍCIO FRUET
ENÉAS FARIA
WALDENÍCIO BARBALHO
ERNESTO DAL'OGLIO
MUGGIATI FILHO
VALTER PIETRÂNGELO
DEL CIEL
ERNESTO GNOATO
DENI SCHWARTZ
EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da casa, depois de ouvido o plenário, REQUER a V. Exa. se digne officiar ao SR. SECRETÁRIO DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, no sentido de que toma providências urgentes para averiguação e fechamento de uma "CONHEIRA" para criação de gados, de propriedade do Sr. PREFEITO MUNICIPAL daquela cidade, que vem colocando em risco e perigo a saúde daquela comuna.

N. Termos
A. deferimento.

Sala das Sessões, 08 de maio de 1975.

aa) JAYME RODRIGUES DE CARVALHO
QUIELSE CRISÓSTOMO

EM ANEXO - FOTOS DA VERDADEIRA SITUAÇÃO.
JUSTIFICAÇÃO VERBAL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, após ouvido o plenário, se digne officiar ao órgão do Governo competente, no sentido de que se efetue o pagamento de diárias aos guardas rodoviários, das cidades compreendidas entre Cruzeiro D'Oeste a Londrina, tendo em vista o inexplicável atraso de pagamentos.

Estendemos, também, o nosso pedido, caso seja o caso, a todos os guardas que guarnecem as estradas do Estado do Paraná, por pensarmos, terem os mesmos problemas.

N. Termos
A. Deferimento.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer, após ouvido o plenário, a inclusão nos Anais desta Casa da Publicação nº 6, de responsabilidade da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, que faz uma homenagem póstuma aos pracinhas paranaenses no 30º aniversário da vitória na II GUERRA, comunicando, ainda, por ofício, o Sr. SAMUEL AUGUSTO ALVES CORREA, comandante da 5ª RM/DE, autor da Mensagem e, o Prof. SEBASTIÃO FERRARINI, ilustrado batalhador e coordenador da COMOCI-PR. (COMOCI-PR - Rua XV de Novembro, 1050, Ed. do Círculo de Estudos Bandeirantes-Curitiba-Pr).

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.
O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal para verificação de quorum.
O SR. PRESIDENTE - Deferido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada)

Responderam a chamada 31 Srs. Deputados. Há quorum para a realização da Sessão.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, registro com satisfação a presença em Plenário do Sr. Vice-Prefeito de Marialva, José Gomes e Vereador Benedito Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Tomazina.

Também, com prazer, esta Presidência registra a presença dos Srs. Levi Vieira, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Nestor Ananias da Cruz, Vereador, e José de Oliveira Souza, Vereador Municipal de Jaguapitã e ex-Presidente por três mandatos.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Os que tombam pela Pátria não morrem; fundem-se em espírito a ela e têm vida eterna". (Tamandaré).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, 8 de maio, é comemorado o 30º aniversário da Vitória na II Grande Guerra Mundial.

A propósito deste ato, apresentamos nesta tarde, requerimento pedindo a inclusão nos Anais da Casa da comunicação número 6, de responsabilidade da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, que fez uma "homenagem póstuma aos pracinhas paranaenses no trigésimo aniversário da Vitória na II Grande Guerra.

Contando ainda com a colaboração do Gal. de Div. Samuel Augusto Correia, autor da Mensagem e Professor Sebastião Ferrarini, ilustre batalhador e coordenador da COMOCI-PR.

Solicito a inclusão nos Anais, da publicação nº 6:

"Por ocasião da passagem do 30º aniversário da Vitória na II Guerra Mundial, a Secretaria de Educação e da Cultura, através da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, em colaboração com o Círculo de Estudos Bandeirantes e o Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, com base no Artigo 2º do Decreto Lei 869, de 12 de setembro de 1969, houve por bem prestar homenagem póstuma aos Pracinhas Paranaenses, que tombaram na Itália durante aquele conflito, no cumprimento do dever cívico.

É sempre uma glória lutar-se pela Pátria e por um ideal.

O Governo e o Povo do Brasil vos acompanham em espírito na vossa jornada e vos aguarda cobertos de glórias". (Getúlio Vargas).

2º SGT MAX WOLFF FILHO, de Rio Negro; CB. JOÃO FAGUNDES MACHADO, de São José dos Pinhais; SD. ADÃO WOJCIK, de Araucária; ANÉLIO DA LUZ, de Cerro Azul; SD. ADIR JORGE, de Rio Negro; SD. ANTONIO CAÇÃO, de Rio Azul; SD BRUNO ESTRIFICA, de Ipiranga; SD CONSTANTINO MAROCHI, de Campo Largo; ELISEU JOSÉ HIPÓLITO, São João do Triunfo; HERMINIO CARDOSO, de Curitiba; ERNESTO GONÇALVES, de Paranaguá; ESTANISLAU WOJCIK, de Araucária; EURIDES F. DO NASCIMENTO, de Curitiba; FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA, de Antonina; FRANCISCO F. DOS SANTOS, de São José dos Pinhais; GUMERCINDO DA SILVA, de Rio Negro; JOÃO PROTZEK, de Irati; JOÃO FLORINDO ZANETTI, de Campo Largo; JOÃO MARIA BATISTA, de Guarapuava; JOÃO DE OLIVEIRA CARMO, de Castro; JOSÉ DOMINGUES PEREIRA, de Campo Largo; JOSÉ LIMA, de Rio Azul; JOSÉ WOSEK, de Araucária; LEONIDAS MOREIRA, de Paranaguá; LUIZ STROBERL FILHO, de Rio Negro; MARCELINO JAZINSKI, de Curitiba; RODOLFO GOMES DE CAMPOS, de União da Vitória; SIMPLICIO VIEIRA DE LARA, de São José do Triunfo. "Estes os que tombaram durante a campanha da FEB na Itália, na Segunda Guerra Mundial."

A mensagem do Sr. Comandante da 5ª Região, a qual pedimos a inserção na Ata e nos Anais da Casa é a seguinte:

(Lendo): "Desvanecido e honrado pelo convite que me foi feito pelo Professor Sebastião Ferrarini, mui digno coordenador dos trabalhos da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, para enviar u'a mensagem aos jovens de minha terra por ocasião das comemorações do 30º aniversário da Vitória Aliada na 2ª Guerra Mundial, quero lhes expressar a alegria e a emoção com que o faço.

De fato, quem se dirige à juventude é o mesmo que fazê-lo ao Brasil de amanhã, e podemos até dizer, ao Brasil do ano 2000, já que neste marco significativo para a humanidade, muitos de vocês estarão certamente conduzindo o País ou influenciando decisivamente nos seus destinos.

O futuro, entretanto, não existirá por si só, mas dependerá

em grande parte do que for realizado no presente, como este decorre muito do que foi conquistado no passado.

Bem sabemos que para termos hoje experiência como Nação soberana e independente, dotada de um imenso território e de um desenvolvimento que a cada dia mais se acentua, muitos e muitos brasileiros tiveram que, no passado, trabalhar com afinho, entusiasmo e abnegação, lutar com denodo, bravura e coragem e morrer em defesa dos nossos mais sagrados interesses.

Assim aconteceu nos anos 40, quando nossa Pátria, ombro a ombro com as nações democráticas do mundo ocidental, revidou a agressão insólita e, vencendo os mares, foi defender em terras da Europa os princípios consagrados pela nossa história pelas nossas tradições e pelos sentimentos generosos do nosso povo.

Assim aconteceu em Camaiores, Monte Prano, Fornaci, Galicano, Barga, Valverde, Monte Castelo, Castelnuovo, Montese, Zocca, Marano, Collecchio e Forno quando, há três décadas, os valorosos integrantes da Força Expedicionária Brasileira reafirmaram o valor de nossa gente, dominando com intrepidez e heroísmo pontos chave das posições inimigas, que abriram as portas para as vitórias decisivas das forças aliadas e onde alguns dos nossos pracinhas ofertaram sua vida em holocausto à Pátria, como já o tinham feito anteriormente, em épicas jornadas, os irmãos d'armas da Marinha e da Aeronáutica.

As gerações do presente são depositárias e guardiãs fervorosas deste passado glorioso, que ser-lhes-á entregue incólume e acrescido do que souberam ou puderam conquistar, para que vocês continuem a escrever em livro de ouro a história de nossa Pátria.

Para bem fazê-la, todavia, indispensável se torna que estejam preparados física, cultural, moral e espiritualmente, pois somente assim terão condições de sobreviver ao trabalho hercúleo e bem conhecer os nossos problemas para equacioná-los racionalmente e encontrar a solução mais adequada aos elevados interesses do Brasil.

Somente assim terão a fortaleza de alma para superar as dificuldades e vencer os desafios cada vez maiores que, já existindo atualmente, poderão se agravar muito nos últimos lustros do século em que vivemos.

Somente assim possuirão as qualidades de caráter capazes de identificar com justeza os valores espirituais e morais que, por serem eternos, terão que resistir às grandes transformações que se operam no mundo contemporâneo, com amplitude e vigor até então desconhecidos e, que não se sabe ainda até onde chegarão.

Somente assim vocês terão prudência e sabedoria para esposarem e implantarem ideias e valores novos, permanecendo porém fiéis ao Brasil, o futuro continuando o presente, como este tem sido o prolongamento do passado".

Este é o sentido maior, meus caros e jovens compatriotas, arquitetos do Brasil de amanhã, desta mensagem que lhes envio com simplicidade e de coração, desejando que tenha conseguido fazê-lo com franqueza e a sinceridade que deve ser a tônica do diálogo entre as nossas gerações".

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra ao segundo orador, esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença em Plenário, dos Srs. Vereadores Mário Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Colorado e Alberto Trevisan.

Com a palavra, o Sr. Deputado Jayme Carvalho.

O SR. JAYME CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para fazer dois requerimentos: um deles vai requerer o pagamento de diárias aos guardas rodoviários que estão destacados entre os trechos de Cruzeiro do Oeste e Londrina. Recebemos, Sr. Presidente, queixas de guardas que

guarnecem essas estradas, de que eles estão há seis meses sem pagamento de diárias. Nosso requerimento estende-se também a todos os guardas rodoviários do Estado do Estado do Paraná.

Outro requerimento, Sr. Presidente, no qual nós requeremos ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social medidas urgentes no sentido de assegurar ao povo de Janiópolis, no tocante à saúde e bem estar social. Este requerimento, Sr. Presidente, de minha autoria, é subscrito pelo Deputado também daquela região, Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

O Prefeito daquela cidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é conhecido no Paraná inteiro, é o valentão do Estado do Paraná, tem feito, naquela cidade, com repercussão no Estado e no País, verdadeiras calamidades; este prefeito, há pouco tempo foi denunciado por corrupção - seu processo foi, entretanto, abafado. Estivemos lá na semana passada e vimos com os nossos olhos a calamidade pública por que passa aquela cidade.

Aquele Prefeito, Sr. Presidente, que há poucos dias - porque detém em suas mãos o mando político, porque é da ARENA, porque é valente e até jagunço, porque espanta com seus berros e suas ameaças - mandou que a Saúde Pública prendesse em fundos de quintais, porcos que pequenos e pobres moradores criavam, para o seu sustento. Não somos contra a atitude da Saúde Pública e apreendendo os porcos, as criações dentro do perímetro urbano, sabemos que uma criação de bichos não se mantém à solta. Mas o prefeito Alfeu Teodoro, também cumpria as leis do seu Governo, porque ele possui - e aqui estão as fotografias ilustrativas que encaminharemos à V. Exa. para que as encaminhe ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social - ele mantém no meio da cidade uma cocheira e o povo daquela cidade vê o homem que prende porcos, a criar, dentro da cidade, cerca de 300 cabeças de gado, ao lado de uma lagoa a infestar o povo. É a reclamação, Sr. Presidente, do povo daquela cidade, trazida por nós e pelo Deputado Quielse Crisóstomo, para que nós denunciássemos e para que o Estado, através do seu órgão, tome as providências e tire a cocheira de dentro da cidade de Pinhalzinho, porque o povo está arriscando a saúde e o seu bem estar social. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato, terceiro orador inscrito.

O SR. ERNESTO GNOATO - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Utilizo pela segunda vez esta tribuna, o que permite realizar novamente uma realização política e também uma satisfação pessoal e política pois sinto que o trabalho que ora apresento funde-se com a realidade de um ESTADO e de um POVO, e para um legislador, nada é mais jubiloso do que sentir-se político quando sentimo-nos povo.

O que me trás nestra tribuna, e nada mais nada menos do que a crua realidade em que vivem os homens que realmente fazem a Pátria, e conseqüentemente engrandecem uma Nação. Homens estes que vieram, sentiram e viveram o Oeste Paranaense, ao cunho de machados, abriram o que hoje nosso Estado se orgulha, e, no entanto, pela escassez de oportunidades, se locomovem para terras que fogem de nossos limites territoriais. Comete-se crimes diariamente, Senhores Deputados e, lamentavelmente, nossos homens, que tanto falam em integração, nada oferecem a estes homens humildes do campo. Sabemos, Senhores, que, em realidade, esta integração tão falada, não passa de uma realidade ao empresariado. O que nos adianta uma reforma agrária, se são ofertados e também possuidores de nossas extensões territoriais um número insignificante de proprietários, pois, na verdade, não passam de donos da economia que o povo faz. Não nos adianta projetos e planos em papéis se a realidade não foge de uma política agrícola capitalista.

Senhores Deputados, ao mencionar anteriormente reforma agrária, capitalismo agrícola e falsa integração, falo diretamente, e darei condições dos Senhores interpretarem e entenderem essa

mensagem. O Oeste paranaense, o nosso Estado e até o próprio País, o qual procurarei girar os fatos, principalmente em torno da região que represento e que mais sente-se afligida com a demanda ilimitada de gente nossa para as vizinhas terras do país amigo, Paraguai.

O Oeste paranaense fez-se com os homens que em grande parte continuam a ser como foram, e por isso procuram um lugar ao sol, e, no entanto, só podem encontrá-lo em um solo que não lhes pertence. Agora pergunto - será que não temos terras para nossa própria gente ou será que estes órgãos encarregados, esquecem que uma nação se faz com trabalho e não simplesmente com dinheiro, burocracia, politicagem e pragmatismo imaturo.

É vergonhoso e ridículo que o poder tome conta de nossa estrutura democrática, chegando ao ponto de permitir livremente a ida de nossos paranaenses para o Paraguai, o que parece que o INCRA, a SECRETARIA DE AGRICULTURA e o "famoso" órgão de Integração sentem prazer e alívio, pois nem documentação e controle existe.

Saibam os Srs. que mais de 300 mil brasileiros lá vivem e não sabemos como, pois deve ser bem melhor que aqui, pelo menos encontraram o direito, não sei se legal, de possuímos um pedaço de terra (Existe INCRA no Paraguai. Srs. Deputados, em resumo pergunto-lhes, não é absurdo e até chocante ver nosso próprio povo dirigir-se a outras terras? Nós que temos 3/4 de nosso território a integrar, digo convicto, isto é um crime social.

Isto é um crime social. Isto é reflexo de uma política agrária figurativa e imaginária. É contra direção aos princípios de direitos humanos. Um sistema de poder para o poder. Uma radical soberania minoritária, um sinônimo de perfeito de que se diz se fazer por um povo.

É um crime que fora os fundamentos da nossa democracia real e verdadeiramente humana.

Srs. Deputados, acho que chegou a hora que homens parem de falar e de fazer manchetes de grandes empresários e de empresas com grandes lavouras e grandes extensões.

Parar com esta sórdida propaganda e mostrar a realidade de nosso lavrador.

É a hora de estendermos o nosso solo ao nosso povo.

Chega de corretagem empresarial, chega de colonização minoritária, chega de incentivos agrícolas que só servem aos grandes produtores. É a hora de dizermos basta! Trezentos mil homens poderiam frutificar o próprio solo e criar raízes para uma melhoria das condições sociais no seio da família brasileira.

Sr. Presidente, apresentamos dois requerimentos vasados nos seguintes termos:

O SR. PRESIDENTE - A mesa comunica ao nobre orador que restam dois minutos para encerrar a sua oração.

O SR. ERNESTO GNOTADO - (Lê-):

"Requerimento:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições parlamentares REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilmo. Sr. Diretor do Departamento de Imigração, ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária "INCRA", a fim de que tome conhecimento e forneça respostas definitivas e concretas a respeito da tomada demanda de Paranaenses ou não, mas residentes neste Estado, para o vizinho País Paraguai, onde já atinge a cifra de quase trezentos mil.

Solicita também, se há controle documentado desta imigração, e quais as garantias que tem os brasileiros lá residentes, sendo que mais de noventa por cento não possuem documentação imigratória.

O Paraná, pela sua situação geográfica é o segundo Estado Brasileiro que mais fronteiras tem com o Vizinho e amigo solo paraguaio, e o maior de densidade demográfica. Completando a

isto, sua faixa fronteiriça é de totalidade agrícola e consequentemente é elevado o índice de lavradores.

Temos neste Estado muitas terras férteis ainda não colonizadas, e em nosso País, milhares e milhares de quilômetros quadrados em abandono, no entanto grande número de lavradores e pequenos agricultores dirigem-se para o Paraguai, a fim de procurar terras e melhores condições de trabalho e de sobrevivência.

Nota-se que motivos existem em demasia, pois caso contrário este fato não ocorreria; é lamentável que com tanta terra, nossos homens de campo procurem refúgio em terras estranhas.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975".

"Requerimento.

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve na forma regimental após ouvir o plenário, Requer seja oficiado aos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, solicitando a criação da Zona Franca, abrangendo o Território da Usina Itaipu (Foz do Iguaçu à Guaíra), vindo beneficiar não somente o Estado do Paraná, mas também os nossos irmãos que vivem no Paraguai, sendo que nesta área estão localizados dois dos mais belos pontos turísticos brasileiros.

A criação da Zona Franca, facilitará a extinção do Contrabando, tão visado pela importância da obra a ser construída.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975".

Era só, muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há trinta anos a FEB, em território europeu, fazia com que fosse atingido o bojetivo comum, o objetivo mundial de paz, democracia e tranquilidade.

Nós, que compomos o MDB, não poderíamos deixar de reconhecer que milhares de brasileiros, centenas de milhares de todas as nacionalidades tombaram para que hoje desfrutemos de uma paz mundial.

Comparando os esforços despendidos através da FEB, nós que militamos hoje numa democracia, vemos que foi realmente o MDB, nosso partido, que lutou pela liberdade e pela democracia. Diversos companheiros nossos do MDB tombaram na caminhada, mas nesta Casa todos são testemunhas de que vivemos realmente, através de nossos pronunciamentos, através de nossos atos, uma verdadeira democracia e liberdade.

No dia de ontem nosso companheiro desta Casa, Deputado Jurandir Messias, da ARENA, fazia com que aquelas críticas objetivas, aquelas críticas construtivas que eram emanadas até ontem dos elementos do MDB, viessem a somar com mais este ilustre Deputado, quando denunciava a agiotagem que campeia em todo o território nacional, através das financiadoras, dos órgãos apoiados por algumas instituições, fazendo com que o povo seja cada vez mais explorado. É preciso que haja um limite, é preciso que o governo constituído acabe com esta agiotagem, com este roubo aos brasileiros através das financiadoras no território nacional.

Comparando a FEB que lutou há trinta anos passados por uma liberdade e uma democracia, também o MDB, quando criado em 64, já iniciava sua luta, que até hoje continua, pela liberdade e a democracia.

Isto faz com que usemos da tribuna no dia de hoje para pedir a inserção na ata dos trabalhos de um voto de congratulações à FEB e no dia de amanhã, no futuro, também os próximos legisladores hão de fazer constar nos Anais que foi realmente o MDB que lutou com os mesmos princípios dos pracinhas e hoje faz, junto com a ARENA, com que a liberdade seja em sua totali-

dade implantada em todo o território nacional. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lucio Machado, quinto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Verificando as estatísticas da densidade de população deste País, verificamos que o Brasil levou 400 anos para chegar a um total de 17 milhões de habitantes. E constatamos depois, ou seja, em 1950, que a Nação brasileira contava com a população triplicada, ou seja, 52 milhões de habitantes.

Em 1969, o censo promovido pelo IBGE, dava conta que a população brasileira era de 101 milhões de habitantes. Hoje, a população nacional é de 130 milhões de habitantes.

Daí sentimos o crescimento da densidade populacional brasileira, violentamente, marca para o ano 2 mil, a super-população de 220 milhões de habitantes.

Mas, nós citamos os dados estatísticos simplesmente para justificar uma denúncia que temos feito quase na constância dos dias que aqui permanecemos. Denúncia sobre o fato do esquecimento dos governos que têm passado pelo Paraná. Este Paraná que cresce na sua população de conformidade com o crescimento da populacional do Brasil. O Governo esquece que com o crescimento da população crescem também as necessidades do povo. E o povo precisa ser atendido em suas necessidades, principalmente, em suas necessidades mais prementes, num País considerado pobre como o nosso. E vemos que o Paraná está carente de atendimento. Vemos o Hospital de Doentes Mentais, construído há mais de 30 anos, esse hospital mais representa uma pocilga, um chiqueiro de porcos, onde são lançados pessoas que vêm a esta Capital em busca de tratamento.

E quando falamos, pedimos, a ampliação do trabalho de assistência social por parte do Governo, do Executivo, o único que maneja o dinheiro público do Paraná, sentimos a distorção em nossos pronunciamentos.

Vemos que é duro, que é difícil, quase impossível, lutar pela verdade. É duro, difícil, quase sobreumano lutar pela justiça. É porisso que existe o que existe, acontece o que acontece, os nossos olhos vêem o que vêem, as filas de indigentes que demandam à Capital em busca de atendimento social que não encontram. Mas, tudo é culpa do Governo, dos governos que passaram, que fecharam os olhos para as tristes condições do povo paranaense.

Quero deixar bem claro que São Paulo, com uma densidade representativa de quase 15 milhões de habitantes, na sua extensão territorial, dá atendimento social às pessoas carentes de recursos. E porque o Paraná não dá essa assistência, porque o Paraná não dá essa assistência, porque não evita que o povo seja explorado, porque não atende a vontade de que a justiça seja feita, principalmente aos nossos irmãos menos favorecidos pela sorte.

Este, Sr. Presidente, é mais um capítulo de nosso protesto, talvez prossigamos nossa caminhada, se medidas não forem tomadas, para que a justiça seja feita neste grande Estado que é o Estado do Paraná. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Parece que a maioria das vezes em que me faço presente nesta tribuna, é com constrangimento, porque venho fazer apelos reiterados, iniciados por tantos outros Deputados da região Oeste do Paraná.

E é com o mesmo espírito, com o mesmo atributo que aquela população nos deferiu, que vimos aqui, hoje, requerer, pedir e quase suplicar, que as estradas que ligam Cascavel, Cafelândia, Nova Aurora e Formosa do Oeste, sejam de uma vez por

todas corrigidas, alargadas, cascalhadas, dando, no mínimo, as menores condições para o tráfego da grande produção agrícola que vai sair daí para o mundo inteiro.

Temos assistido, pedido e alertado às autoridades competentes no sentido de que façam aquele distrito rodoviário do DER funcionar, pelo menos uma vez, já que ali existe, implantado há tantos anos, e até agora ainda não dispõe do maquinário suficiente para dotar as estradas. Aquela comunidade, Cafelândia do Oeste, um dos distritos que ultrapassa econômica, financeiramente, geograficamente, demograficamente, vários municípios tanto na parte urbana como na zona rural. Existe ali uma das maiores cooperativas agrícolas da região, Cooperativa Agrícola Consolata, um distrito que vem claudicando e só tem progresso porque a formação do povo que ali reside, a maior parte vindo, quem sabe, do Rio Grande do Sul, população ordeira e disciplinada, na construção da área agrícola de modo especial e que em concurso nacional logrou êxito, concurso esse promovido pela ACARPA, em nome, principalmente, de Cafelândia do Oeste, de Formosa do Oeste e de Nova Aurora, juntando os apelos já promovidos pela Cooperativa ali existente, pelos grandes graneleiros que ali são plantados, esse apelo dirigido às autoridades de transporte estadual, quem sabe até buscando recursos nesse propalado PRODOPAR, canalizando recursos federais para que aquela estrada, tenham, pelo menos em época de safra, as mínimas condições de tráfego.

É neste sentido que encaminhamos o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, vem respeitosamente requerer a V. Exa., após ouvido o Egrégio Plenário desta Casa de Leis, se digne encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Dr. Osiris Stenghel Guimarães, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de encarecer a reparação — correção e alargamento da estrada Cascavel-Nova Aurora, passando por Cafelândia, Distrito de Cascavel, que se encontra em precário estado.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Como se sabe, houve divulgação oficial da criação do PRODOPAR, programa que pretende dotar a região Oeste de várias obras públicas, entre as quais consta um plano viário.

Conquanto Cafelândia seja um Distrito do Município de Cascavel, a sua pujança é superior a muitas unidades autônomas do Estado, alcançando um nível de produção que comporta receitas astronômicas, principalmente devido à agricultura mecanizada e tecnicamente disciplinada, tendo recebido inclusive prêmios dos escalões superiores da administração federal.

O intenso tráfego entre Nova Aurora e Cascavel, Formosa do Oeste e Cascavel, se faz passando por Cafelândia, muito embora os leitos de estradas não ofereçam segurança e as condições de tráfego sejam das mais indesejáveis e precárias.

Apesar de ser estadual e entregue ao DER, sua conservação tem sido feita pela Prefeitura de Cascavel, principalmente, e à revelia do Departamento Estadual, visto que por ali o tráfego pesado é intenso, para o escoamento da produção agrícola, suinocultura de modo especial e pecuária de modo geral.

Uma das regiões menos lembradas pelas administrações estaduais e federais, representa uma das maiores produtoras de trigo, soja, arroz, feijão e milho, possuindo várias unidades armazenadoras de propriedades particulares e cooperativistas, Cafelândia por exemplo, que é o centro da área referida, possui a maior e mais bem organizada Cooperativa Agrícola (Consolata); onde milhares de toneladas de soja e trigo principalmente são depositados e dali transportados para os centros consumidores.

A quantidade de caminhões de médio e grande portes que utilizam aquelas estradas, exigem uma tomada de posição oficial

no sentido de corrigir, alargar, cascalhar e conservar as citadas rodovias, até como medida de economia, já que mesmo com pequenas chuvas não há condições de tráfego sequer para pequenos carros.

Não obstante, a ausência de interesse do DER tem causado, sobretudo nessa área intermunicipal (e de forma específica entre Cafelândia e Cascavel), inestimáveis prejuízos para os agricultores e proprietários de veículos de todos os portes. Mas o que se deve proteger agora é a vassalagem dos produtos exportáveis, que trazem fabulosas divisas para os cofres públicos.

Impõe-se em caráter precário e urgentíssimo um reparo imediato, para servir ainda a esta safra; mas a estrada deve receber uma criteriosa reparação topográfica e consequente correção de curvas, vez que no passado as matas não permitiam outras opções.

Por isso cremos serem tais medidas das mais urgentes do Paraná no momento, em termos de estradas".

O outro requerimento é solicitando e encarecendo às autoridades fazendárias do Estado para dotar Cafelândia de uma agência de rendas ou de um posto de arrecadação dos tributos estaduais. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, respeitosamente solicita a Vossa Excelência se digne, após ouvido o egrégio plenário desta Casa de Leis, mandar oficiar ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Finanças, no sentido de encarecer ao mesmo que determine ao Diretor do Departamento de Rendas Estaduais providências visando a instalação de um posto ou agência fiscal de rendas no Distrito de Cafelândia, Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Cafelândia é um desses distritos com porte urbano e rural superior a vários municípios do Estado, tanto do ponto de vista demográfico quanto geográfico e sócio-econômico. Possui uma agência do Banco Bamerindus do Brasil S/A, inaugurada há apenas dois meses, e já superou 30 outros estabelecimentos do grupo.

Com uma agricultura uniforme e disciplinada, possui uma das maiores Cooperativas do Oeste Paranaense (Cooperativa Agrícola Consolata), contendo unidade armazenadora também no município de Nova Aurora.

Distrito Judiciário há longos anos e com sua sub-prefeitura típica de independência, oferece uma das maiores parcelas do desenvolvimento do Município, no setor agro-pecuário, o que propiciou um aumento da receita estadual em Cascavel da ordem de trinta e nove por cento aproximadamente, no período de janeiro/março-74 para o mesmo período em 1975, quando a arrecadação passou de Cr\$ 9.102.563,34 para Cr\$ 12.683.817,17 dando uma diferença de Cr\$ 3.581.253,83 a maior.

Aliás, a reivindicação é antiga e, além de ser justa e séria, a instalação de uma unidade fiscal arrecadadora ali desafogaria os trabalhos da "Agência Mater" de Cascavel que se vê assoberbada com a carga de serviços que lhe são afetos.

A expectativa do comércio e do empresariado local também é compreensível diante da evidência que determina o fletimento, e a própria 13ª Delegacia Regional da Fazenda reconhece a necessidade de atender as exigências que o crescimento geral de Cafelândia impõe. Por isso se entende que o caso requer uma iniciativa imediata para o benefício produza em breve seus indiscutíveis resultados positivos aos cofres públicos e aos contribuintes."

Este requerimento já foi feito há vários dias, mas somente agora é que estamos tendo oportunidade de oferecer à apreciação da Casa.

Sua justificativa por longa que é, deixo de declinar e faz a mesma, parte do requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz, que terá apenas três minutos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Três minutos talvez bastem para iniciarmos um processo de cassação ou até de representação judicial contra o Sr. Governador.

Srs. Deputados, no início do ano a imprensa costuma noticiar, muitas vezes, relação de municípios que ficam sob a pressão, sob a coação de cassação de mandato dos Srs. Prefeitos por falta de prestação de contas.

Permitam-me, Srs. Deputados, ler a emenda constitucional número 4, que diz:

“A Assembléia Legislativa reunir-se-á anualmente na Capital do Estado de 1º de março a 30 de junho”.

1º de março me parece é a abertura da sessão legislativa.

No inciso 15 do art. 47 temos o seguinte: entre as atribuições do Governador: “Prestar anualmente à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas relativas ao ano anterior”.

Se não estou equivocado, Sr. Presidente, este prazo encerrou no dia 1º de maio.

Estivemos procurando nesta Casa, e não conseguimos informações se, até aquele prazo, foram remetidas para esta Assembléia as contas.

Por isto passaremos às mãos do Sr. Presidente o seguinte requerimento: (Lê):

“SÚMULA: Requer informações à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sobre o recebimento das contas do Executivo referentes ao ano de 1974.

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante este subscreve, respaldado no Regimento Interno, requer as seguintes informações da Comissão Executiva:

1) — Se, nos termos do inciso XV, do artigo 46, o Senhor Governador prestou contas relativas ao ano de 1974;

2) — Caso positivo, qual a data da entrega e sob que número foi protocolado o ofício de remessa.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975”.

Faço este requerimento por escrito, pois não consegui, nas diversas Divisões desta Casa, descobrir-se, realmente, deu entrada a Prestação de Contas ou não.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos para o Grande Expediente.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, quero registrar, com satisfação, a presença do nosso amigo e ex-Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná, Dr. Cândido Martins de Oliveira.

Registra esta Presidência também, com prazer, a presença do Vereador de Maringá, Sr. Timbó de Souza, do MDB.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Lendo): “Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão institucional é o grande debate no presente momento brasileiro. Desde o instante em que o Presidente da República invocou a imaginação criadora dos políticos para superar o desencontro em que vive a Nação brasileira, o tema ganhou

trânsito livre e despertou inteligências, porque veio ao encontro dos anseios de todo o povo, mas desde logo pode se afirmar que, num ponto todos estão de acordo, a plenitude democrática será atingida no instante que se tornar nulo o Ato Institucional nº 5, que confere, ao Presidente da República, poderes, que nenhum imperador deteve.

Com o seu fim morrerão de morte natural os seus frutos espulhos, como o Decreto-Lei nº 476, que silencia estudantes e professores. Este Ato, incorporado à Constituição Federal pelo seu artigo 182 e pairando absurdo sobre ela, só será cessada a sua vigência por decreto de quem dele dispõe, que, é o próprio Presidente da República, após ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

A solução é muito simples de acordo com a letra escrita, já que a iniciativa depende apenas de um homem que tem proclamado sua intenção redemocratizadora. Entretanto, existem resistências poderosas e rançosas, que não ousam dizer seu nome. Então se debate na construção de um caminho mais longo, porém mais suave. E os que têm poder prometem ao País que a redemocratização, agora apelidada de distensão, será atingida por um processo gradualista, a ser ministrado em doses homeopáticas. O método não é inédito entre nós. Pois que todos os Ministérios do Império prometeram abolir a escravidão também por um processo gradualista, que se iniciou com a lei de 7 de novembro de 1831 e só terminou 57 anos depois, de forma imediata e incondicional, por lei de 13 de maio de 1888, cujo aniversário está por ser comemorado.

Confiemos que o processo gradual de redemocratização que se inicia neste ano da graça de 1975 não demore igualmente por mais de meio século...

Por isto, todos estão na obrigação de contribuir para abreviá-lo, para que possam, em tempo não muito distante, dar resposta satisfatória à grande interrogação da Resistência Francesa durante a última Grande Guerra, que deve ser repetida agora:

“Et vou, qui fait vous pour votre délivrance?”

É que a redemocratização, como bem disse o jornal “O ESTADO DE SÃO PAULO” em recente editorial, não é uma ordem de comando, a ser aguardada em posição de sentido.

A imprensa, quando pode, tem participado do debate. O Congresso Nacional, notadamente o Senado da República, tem oferecido a sua voz e a sua inteligência para superar a grave crise. Acontece que o debate sobre a questão institucional não é privilégio de Brasília, mas responsabilidade de todo o País; portanto, também das Assembléias Legislativas. Da mesma forma, não é tarefa de apenas um Partido — o meu MDB —, mas igualmente da Arena, cuja parcela de responsabilidade senão é maior é pelo menos idêntica à da Oposição, por representar nos parlamentos respeitável contingente da população brasileira, que pede paz, segurança e desenvolvimento. E a segurança e desenvolvimento só há sob o império da lei que define os limites da competência — não só do particular, mas também do Poder Público. É que disse-o o Senador Paulo Brossard — “Quando os governadores não têm seguros os seus direitos, os governantes não têm seguro o seu poder”.

Eis porque venho iniciar, aqui e agora, a contribuição do Paraná, que espero sistemática, permanente e persistente, para a busca do verdadeiro caminho brasileiro.

E essa contribuição começa com a fixação do debate em uma questão que, se não é original, é pelo menos oportuna e atual. Estou convencido de que a partir dela ou da sua primazia na ordem das discussões teremos encontrado um ponto de diálogo aceitável por todas as partes que honestamente se propuserem a encontrar respostas para as interrogações dos dias presentes.

Trata-se de debater e de repensar a Federação Brasileira, composta por 22 Estados que perderam sua autonomia e, conseqüentemente, seu poder político, econômico, financeiro e administrativo.

A República dos Estados Unidos do Brasil...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Osvaldo Macedo, o tema por V. Exa. abordado nesta tribuna, é deveras de interesse fundamental do País. Nós entendemos que toda a atitude que combate efeitos, ela evidentemente não é benéfica. Deve ao estabelecer os problemas determinar as causas e, evidentemente, solucionar, combater as causas. Na Abertura do Ciclo de Estudos Políticos do Diretório que o MDB desta Capital promove, nós indagamos do Deputado Pedro Simon, qual era a Sua opinião sobre a dependência dos municípios brasileiros. O companheiro do Rio Grande do Sul expôs o seu pensamento e nas suas palavras ele não só deixou clara a dependência econômica, política, como diz aqui V. Exa., financeira e administrativa, porque passam os municípios brasileiros mas principalmente os Estados Brasileiros onde o Governador é realmente o Delegado do Governo Central. E nós, naquela indagação, ponderamos que não poderíamos acreditar numa Nação plena onde a sua célula não tem condições de sobrevivência. Recordamos que, ao terminar a II Guerra Mundial, me parece que hoje até se comemora o “Dia da Vitória”. A Alemanha Ocidental dos escombros ressurgiu, para se transformar hoje na Nação que possui a maior reserva monetária do Planeta, em torno de 50 bilhões de cruzeiros, lá em baixo os Estados Unidos, me parece a Arábia Saudita, com menos de cinquenta por cento desta importância.

E a força da ressurreição germânica se apoiou justamente na determinação das competências da soberania, das suas unidades municipais, municípios fortes e ricos.

Parabéns a V. Exa. Há necessidade de se revisar, repassar a Constituição para que se determine competência.

Para que o município, com as suas atribuições, com o seu suporte econômico, possa, com as suas decisões e contribuições nossas, junto com o Estado, transformar a nossa Pátria realmente numa Pátria forte e soberana. Muito obrigado.

O SR. OSVALDO MACEDO – Agradeço o aparte de V. Exa. que veio abrilhantar a nossa fala.

Continuemos. (Lê):

“A República dos Estados Unidos do Brasil, passou a ser REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, pela Constituição atual, que repetiu a de 67. Mas o que é federação?”

Dizem os dicionários que é uma forma de governo, que consiste na reunião de vários Estados numa só Nação, conservando eles a autonomia fora dos negócios de interesse comum.

Ou, na palavra dos juristas “a própria natureza da federação, independentemente da análise das diversas teorias que a explicam, indica a existência de uma unidade representativa e decisória nos planos externo e interno, aliada a um grau determinado de competência distribuídas no plano interno.

Esta distribuição de competências se insere no contexto amplo da descentralização propiciada pela prática federativa Carlos Alberto Menezes – Direito e outros, “Estudo das Transformações da Ordem Política”, Edit. Renes, Rio, 1971.

O que se conclui, é que muito embora a Constituição declare Federação, não há no Brasil de hoje, quando se constata, mais na prática do que na Lei, o Poder excessivo, político, econômico, financeiro e administrativo, concentrado nas mãos do Poder Central.

E não foi sem aviso e sem protesto que isso ocorreu.

Pois que ao debater na Câmara Federal a Constituição de 67, o Professor e ex-Deputado Oscar Correa, colaborou do Movimento de 1964, foi claro e incisivo.

“A verdade é que o Brasil deixa de ser federação os Estados Unidos do Brasil, para ser União, para ser apenas o Estado Unitário Brasileiro. De tal maneira essa Constituição retira aos Estados as suas prerrogativas, de tal maneira lhes retira os recursos para sobreviver, de tal maneira, lhes impõe restrições aos planos e diretivas econômicas que pudesse ter que o País, deixa

de ser uma Federação para se transformar num Estado Unitário, em que a União é todo-poderosa, em que os Estados não passam de vassalos submisso à vontade do poder central.

Há claramente, a preocupação, às vezes de regulamentar dispositivos impróprios e inconvenientes para se retirarem regalias federativas. Às vezes...

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para dizer a V. Exa. nobre Deputado, que euforicamente, o governo propagou diversas fórmulas de soluções.

O que sentimos é que, por força de dispositivo constitucional, o Brasil decresce em poderio econômico e os brasileiros a cada dia que passa se preocupam mais. O Poder Central subordina desde os pequenos Municípios, para não dizer todo o País, a seu domínio, desconcertando a sua própria caminhada de desenvolvimento.

Parabéns pelo seu pronunciamento que, acima de tudo, é um pronunciamento que está enquadrado à triste realidade nacional.

O SR. OSVALDO MACEDO – Agradeço o aparte de V. Exa.

Continuo a citar Oscar Correa “Às vezes, a preocupação é de subordinar a tutela da União os interesses legítimos dos Estados, às vezes até na própria nomeação dos Prefeitos Municipais e na eliminação evidente dos recursos que estavam entregues ao poder dos Estados, e que foram passados para o poder federal”.

“Por aí se vê que toda a estrutura jurídica elaborada teve a preocupação de estabelecer o comando federal em matéria não só política, mas sobretudo econômica e financeira, submetendo as administrações estaduais a um entrosamento passivo na execução de uma política unitária.

À UNIÃO, todo o poder financeiro e a canalização de todos os recursos, através de uma injusta discriminação de rendas e de uma pródiga criação de fundos.

À UNIÃO, todo o poder administrativo, a ponto de se pretender constituir super-empresas nacionais, a dirigir à distância e, portanto, negligentemente, serviços essenciais aos Estados, como telecomunicações, saneamento, eletricidade, polícia, etc.

À UNIÃO, todo o poder de planejamento, a ponto de desconsiderar a opinião e os interesses regionais e a estabelecer projetos especiais de desenvolvimento a seu critério exclusivo, com a definição de área ou regiões a serem beneficiadas, ou de obras prioritárias a serem executadas.

À UNIÃO, ainda, o poder político, com a nomeação de governadores e, conseqüentemente, de prefeitos das Capitais e de municípios considerados de segurança nacional e estâncias hidro-minerais.

À UNIÃO, tudo.

Esse quadro desnatura o espírito brasileiro, já que, no dizer do jornalista Fernando Pedreira, “a evolução histórica mostra que a identidade e a individualidade, ao menos das principais províncias brasileiras são uma realidade que não se deve deixar de levar em conta”. E tanto isso é verdade que ainda recentemente o nomeado Governador do Pará reagiu em defesa dos interesses estaduais, que não foram consultados na elaboração da programação que o Governo Federal fez para a região, para os próximos cinco anos...

Não advogamos a destruição do Poder Central, mas também não aceitamos a sua hipertrofia. O que se pretende é um balanceamento de competências, onde se respeite “a autonomia e a independências das unidades federadas, discriminando-se as competências da estrutura central”. (Carlos Alberto Menezes - Direito, ob. cit.).

É verdade que as necessidades do Estado moderno levam a um fortalecimento acentuado da estrutura do Governo Central, mas o objetivo permanente desde deve ser a justiça e o desenvol-

vimento, o que não há por igual quando não se confere poderes às diversas unidades para decidir do seu próprio interesse.

"A Federação exige um Governo Central fortalecido, orientado e corregedor de distorções, a dirigir os negócios de interesse comum da nação. Mas requer também que se resguarde as prerrogativas das unidades federadas, assegurando-lhes autonomia nas questões próprias. É que o Governo Central pode ser forte e poderoso, mas não será nunca onisciente e onipresente. Às proporções continentais do Brasil e as diversidades regionais recomendam que se entregue aos Estados as prerrogativas que lhes cabem para cuidar dos seus próprios problemas e para planejar e executar o seu próprio desenvolvimento. Porque não será onisciente e nem onipresente, o Governo Central não será nunca justo e equitativo na distribuição da sua impotência diante da imensidão e da variedade de problemas regionais poderá provocar consequências danosas à sobrevivência da própria Nação.

A conclusão, portanto, é a de que a centralização exagerada de poderes nas mãos do Governo Central, não faz justiça às unidades federadas, nem contribui eficazmente para o seu desenvolvimento e nem para a satisfação dos interesses das suas populações.

O mais grave é que esse excessivo centralismo emascula a atividade política e impede a formação de novas lideranças.

Tudo em prejuízo da própria nação, que pode amanhã, padecer da ausência de lideranças representativas.

Aliás, os regimes fechados unitários e autoritários, são pródigos em castrar vocações políticas e em impedir a formação de lideranças autênticas, quando garroteiam o que há de mais nobre e de mais sagrado, que é a livre especulação intelectual. Lembremos o exemplo da Itália de Mussolini, quando um promotor público pedia a condenação de um escritor com a seguinte justificativa: "É preciso impedir durante 20 anos, o funcionamento desse cérebro".

Já tivemos experiência semelhante durante o "Estado Novo", com o sacrifício de toda uma geração que naquela época deveria ter iniciado a sua participação na vida política. A consequência é que ainda hoje encontramos dirigindo a política nacional a mesma geração que participou da Revolução de 1930. A sua sucessora não pode assumir o posto, porque seria a geração de 1940, que o regime autoritário de então destruiu para a vida pública.

Paga hoje o País, um preço daquele representado pelo Estado Novo, autoritário e unitário, que destruiu a Federação e mutilou a autonomia dos Estados com a sua corte de interventores. Derrogando as prerrogativas das unidades federadas, o Estado Novo esvaziou a atividade política, impedindo a formação de novas lideranças.

O sacrifício de toda uma geração obrigou a que se perdesse no poder a geração anterior, mesmo passada a época. E isso contrariou a própria natureza humana, já que, no dizer de JEFFERSON, as gerações se sucedem de 20 em 20 anos de tal forma, que uma lei que demora mais do que esse tempo não serve aos vivos, mas aos mortos.

O terrível resultado desse erro passado é o GRANDE DESENCONTRO NACIONAL, que na verdade é o desencontro de duas gerações sem ponto de ligação. À geração intermediária e conciliatória não lhe permitiram assumir as suas responsabilidades, a não ser por uma outra figura, que não representa o todo.

Este grande desencontro é entre a geração que em grande parte ainda está no comando, com o mesmo espírito de 1930 e a minha geração que vê chegada sua hora e sua vez, espera e confia que lhe permitam assumir seu papel. Mas não haverá hora nem vez para minha geração se persistir o espírito unitário e autoritário da estrutura atual, que retirando a autonomia dos Estados e dos municípios, fechou as verdadeiras escolas de formação de lideranças políticas.

O SR. TRAJANO BASTOS - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado acompanhamos com interesse e o máximo respeito o pronunciamento de V. Exa. na tarde de hoje. A preocupação expressa por V. Exa. neste memorável discurso também é nossa. No seu todo, mas principalmente, quando V. Exa. aborda o cancelamento das lideranças nacionais.

Nobre Deputado, temos assistido neste País, a partir de 64, com a institucionalização da propaganda do poder central, o afastamento sistemático das lideranças nacionais. É preciso que se entenda de uma vez por todas o que todos entendem que líderes não se fabricam em tubos de provetas, que as verdadeiras lideranças deste País haverão de sair queiram ou não queiram os detentores do Poder, haverão de sair dos Sindicatos, das Universidades, do seio dos trabalhadores, porque somente assim, com lideranças autênticas e nascida no espírito popular chegará um dia este País e chegaremos nós a poder desfrutar de um clima de tranquilidade dentro dessa balbúria que se nota em termos de legislação excepcional que está por aí.

Parece, nobre Deputado, com a confusão gerada, se pretende um ato de alquimia em termos de legislação. Propagam a volta do estado de direito, quando está em plena vigência o Ato Institucional número 5. Francamente, não podemos entender como se pode misturar azeite e água.

Distensão não inclui a redemocratização. A afirmação não é minha, nobre Deputado, faz parte de um Editorial do "O Estado de São Paulo". E este País vem esperando, desde 1964, quando o primeiro Presidente da Revolução assumiu o Governo, com as promessas da volta do estado de direito. 4 Presidentes já se sucederam. E assistimos agora declarações do Presidente Geisel, quando prega a distensão, mas parece-nos que distensão não inclui mais redemocratização. Sinceramente, não entendemos. V. Exa. traz à discussão neste plenário assunto de maior atualidade, assunto que engrandece e dignifica a atuação de um representante do povo neste Poder.

Receba V. Exa. os maiores aplausos e respeitos deste Deputado.

O SR. OSVALDO MACEDO - Agradeço, nobre Deputado, seu aparte, que abrilhanta nosso pronunciamento, mas nosso propósito é justamente oferecer alternativas para o momento presente.

Ainda agora, com a posse dos novos governadores, não se registrou entusiasmo popular, nem houve demonstração de confiança, porque povo que não participa não tem motivação. O que se viu foi apenas apatia.

Esses novos governadores acredito que são bem intencionados, mas dificilmente serão bem sucedidos em suas gestões se persistir o quadro atual, porque não têm força política e nem poder decisório.

Sei e sinto que todos os Estados brasileiros são querelantes contra o mesmo mal. Mas só posso testemunhar pelo meu Estado. E sob o compromisso de dizer a verdade sobre tudo o que sei, respondo, sem medo de cometer injustiça, que o PARANÁ FOI E ESTÁ SENDO TERRIVELMENTE PREJUDICADO PELA ESTRUTURA DE PODER QUE SE INSTALOU NO PAÍS, que lhe subtraiu a autonomia, levou e leva seus recursos, utilizou de suas potencialidades econômicas e não lhe dá a devida contraprestação.

Tenho razão no meu protesto, como adiante se demonstra:

1º) - O Paraná foi e continua sendo o maior produtor de café do País. Mas não lhe permitiram utilizasse essa potencialidade na formação de novas riquezas, com a criação de um sólido parque industrial. Pois que enquanto a União aplicava a política de incentivos fiscais para beneficiar determinadas regiões do País, impunha o café e o confisco cambial, sem que seu resultado fosse aplicado no próprio Paraná. Ainda agora, quando o café é vítima de desatenção porque já não o consideram fundamental em

nossa balança de pagamentos, persiste o confisco, e persistindo não aplicam o seu resultado em nossa terra. Entendo que algum projeto nesse sentido deve ser feito e defendido com urgência, para que o prejuízo paranaense não seja total. Mas, como acreditar no seu sucesso se lá em cima não ouvem o Paraná, tanto que, como principal produtor de café, não tem nem mesmo um diretor do IBC?

2º)– O Governo Federal deliberou abrir mão de cinquenta por cento do imposto de renda das pessoas jurídicas, para numa política que denominou de incentivo fiscal, promover e acelerar o desenvolvimento de determinadas regiões ou de determinados setores da economia. E instituiu incentivo fiscal para favorecer a Amazonia, o Nordeste, a pesca, o reflorestamento, o turismo, etc. Todas as empresas do Paraná têm contribuído, mas o Paraná não foi recompensado, pois que participa com parcela muito pequena para o turismo e para o reflorestamento. Porque não dispensar ao Paraná e a outras unidades da Federação o mesmo tratamento? Ou só darão atenção ao Paraná quando o Paraná se transformar em um novo Nordeste?

3º)– Um dia o Governo Federal incentivou e avalizou o MERCADO DE CAPITAIS neste País. Houve uma verdadeira febre especulativa porque se acreditou na palavra do Governo. O Paraná também.

Tanto que muitas economias paranaenses foram aplicadas em ações de empresas de fora, porque aqui não as havia condições de captar esses recursos. Esse mercado fracassou sem que até agora os responsáveis fossem punidos. E o Paraná, que acreditou, saiu perdendo, porque o seu dinheiro foi e não voltou.

4º)– A centralização de todo o poder nas mãos da União levou o Governo Federal a elaborar e a aplicar projetos especiais de desenvolvimento. Em sua mensagem ao Congresso Nacional, de 1.º de março passado, o Presidente da República enumerou-os. São os seguintes: o Programa Polamazônica, com 4 bilhões de investimentos; o Programa Polonordeste, que carreará 5 bilhões para a região; o Programa Especial de Desenvolvimento da Agro-Indústria, que aplicará 800 milhões no Nordeste; o Programa de Irrigação constante do II PND, que beneficiará o Nordeste e o Vale do São Francisco; o Programa do Pantanal Mato-grossense já iniciado em 1974 e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – o Polocentro, que beneficiará áreas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Nenhum plano especial para o Paraná foi elaborado ou está em elaboração. Com isso, se contesta o direito daquelas regiões serem contempladas, mas relaciona-se apenas para evidenciar o esquecimento a que estamos relegados.

5º)– Apesar de suas enormes potencialidades econômicas, que permitem se afirmar tratar-se do 2º Estado da Federação, o Paraná está sofrendo um evidente processo de esvaziamento econômico. Não faz muito tempo a Federação das Indústrias divulgou um estudo demonstrando que, em termos relativos, o nosso Estado estava se desindustrializando, em vez de se industrializar. O que é grave é que seu esvaziamento econômico se acentua mais diante do empobrecimento de sua agricultura, que padece agudamente com a falta de estradas e de preços. Porque não se entende que precisando o mundo inteiro de alimentos e recorrendo o Governo Federal à agricultura para aumentar o Produto Nacional Bruto, e sendo o Paraná um excepcional produtor agrícola, estejamos vendo o lavrador ser despojado do resultado do seu trabalho, ficando cada vez mais empobrecido. A primeira conclusão é a de que o lavrador não tem ficado com o resultado do seu trabalho. A segunda é de que também o resultado do trabalho do lavrador não tem ficado no Paraná. Alguma ou muita coisa está errada na política agrícola do Governo Federal e o Paraná tem pago por isso. E ninguém que tem poderes tem defendido com garra a causa paranaense.

6º)– A cooperação financeira do Governo Federal é indispensável, qualquer que seja o grau de pureza da Federação, mas

essa cooperação não se registra no caso paranaense, pelo menos na forma e na proporção que o Paraná carece e merece. Retirando-lhe o poder financeiro, a União não correspondeu por outras vias. Poder-se-á citar um outro caso específico de ajuda, mas não se negará que muito mais fariamos se não tivéssemos sido despojados de nosso poder financeiro, a ponto de hoje termos que pedir, como ainda recentemente ocorreu, quando o Ministro do Planejamento percorreu o País para ouvir as súplicas financeiras dos governadores.

7º)– Passada a fase extrativa da nossa agricultura, constatamos que não se instalou no Paraná uma sólida estrutura econômica. O nosso Estado, que já foi considerado a Terra da Promissão, já não oferece a muitos que nele acreditaram e para aqui vieram, oportunidades de trabalho e boas condições de vida. Já causa preocupação e acentuada migração de paranaenses para outros Estados, como o Amazonas, o Pará, Mato Grosso, Maranhão, Acre e Rondônia, e até para outros países, como o Paraguai, onde hoje se forma uma nova população apelidada de brasiguiaia. Com isso se comprova que o Paraná está sendo esvaziado apenas de dinheiro, mas também esvaziado de gente.

Mas poder-se-ia argumentar que o culpado são os próprios paranaenses, que sofrem de uma imatura estrutura econômica, que praticam a antotopofagia política, e que pagam o preço de sua localização geográfica como Estado-tampão entre o Poder econômico de São Paulo e o Poder político do Rio Grande do Sul. Ou, que tudo se deve à inexpressividade da nossa representação política no governo federal.

Cada um desses argumentos pode ser uma verdade, ou parte de uma grande verdade. Porque nem a eliminação desses males estaremos capacitados a promover se não nos devolverem o poder que nos pertence. Queremos a ajuda do Governo Federal; precisamos de sua ajuda. Mas queremos antes de tudo o que é nosso; o que temos direito.

O debate dessa questão é oportuno, pois o próprio Presidente da República opinou favoravelmente à descentralização administrativa, a evidenciar a necessidade de reparo na estrutura atual.

Estava certo o jornalista Fernando Pedreira quando escreveu há anos atrás:

“O que está em causa, portanto, é a Federação, é a conveniência de estabelecer-se desde já a base política do sistema federativo ou, ao contrário, de adiar-se por mais alguns anos esse restabelecimento. Estou convencido de que o governo e o sistema revolucionário teriam muito a ganhar se decidissem discutir francamente, consigo mesmos e com o país, essa e outras questões básicas do regime”.

É o que pretendemos e é o que propomos. Acho que a vez do Paraná oferecer contribuição eficiente para a normalização da vida política do Brasil, porque entendo que, restabelecida a Federação em toda a sua plenitude, com a devolução aos Estados da autonomia que lhe foi subtraída, teremos encontrado remédio para a excepcionalidade jurídica que ainda prevalece. Pois descentralizado o poder político, em benefício de todo o país, que então passará a participar, e motivadamente, das grandes decisões.

É a vez do Paraná . . .

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado e Vice-Líder do MDB. A brilhante tese que V. Exa. defende da tribuna, encontraria ainda mais subsídios na História Judiciária do País.

O Supremo Tribunal Federal, diante da Constituição de 1891 tem em arquivos, arrestos monumentais e de grande valor jurídico que ainda hoje servem de subsídio à tese de V. Exa., porque o Poder Central, como destaca muito bem V. Exa. sempre entendeu, mesmo o Poder Central, como destaca muito bem V. Exa., sempre entendeu, mesmo na Constituição altamente li-

beral como a de 91, de interferir e de usurpar os poderes dos Estados. A nossa situação hoje é muito diversa e é preciso que o País seja alimentado destas idéias que V. Exa. tão brilhantemente defende.

Porisso, desejo externar a V. Exa., a minha modesta opinião, de que participo destes ideais levantados de V. Exa., em defesa principalmente, de todos os Estados da União e do nosso Estado do Paraná, que tem sido realmente, violentado em sua economia pela União.

Aceite V. Exa. portanto, a nossa solidariedade à feliz iniciativa tomada hoje da tribuna, e que nós acreditamos sirva de novo alento a esses ideais democráticos que V. Exa. tão bem defende.

O SR. OSVALDO MACEDO - O aparte de solidariedade de V. Exa., só honra este Deputado. Agradeço. Continuemos.

É a vez do Paraná dar a sua contribuição, repetindo o exemplo de São Paulo, que promoveu a Revolução Constitucionalista de 32, que afora as intenções de retorno por muitos proclamada, teve o mérito de promover a volta ao Estado de Direito com a Constituição de 34.

Que o Paraná repita em 75 este exemplo, mas de forma pacífica, convencional e legal. Que o Paraná convoque todo o País para que aqui, nesta mui legal e valorosa cidade de Curitiba, debater, repensar e estruturar a nossa FEDERAÇÃO BRASILEIRA. Cada Estado aqui virá dar o seu testemunho e oferecer a sua contribuição. Será o ENCONTRO DO BRASIL consigo mesmo com a participação do Governo Federal, do Congresso e das Assembléias Legislativas. Este projeto não é meu nem do meu partido. Ele é de todo o Paraná. Todos os poderes estaduais, todos os partidos, e entidades de classes, devem participar deste empreendimento.

Aprovado este projeto de resolução que ora apresento, a responsabilidade pela liderança do movimento, passa a ser da Assembléia Legislativa, que o executando, estará se credenciando perante o Paraná, fazendo com que o Brasil se credencie e se eleve perante o Brasil".

O SR. NILSO SQUAREZI - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Procurarei ser breve, nobre Deputado. Congratulo-me com a oportunidade e felicidade da idéia de V. Exa. Parece-me nobre Deputado, que não seja apenas preocupação de nosso partido o problema da criação de um sistema político no Brasil. Essa preocupação tem sido demonstrada até mesmo através do governo brasileiro.

Por outro lado, nobre Deputado, sentimos em qualquer estudo sociológico, a falta de originalidade de nossas instituições que, via de regra, são cópias de instituições alienígenas.

É comum, no Brasil, se dizer que costumamos copiar os modelos de outros povos.

Todavia, disse muito bem V. Exa., o problema da institucionalização não só em Brasília, mas sim de toda a Nação Brasileira. E a inclusão das assembléias legislativas estaduais que são as primeiras - chego a afirmar - as mais autênticas representações populares. Porque são as Assembléias que estão "tete a tete" com o povo, convivem diariamente com o povo, conhece o drama em que o povo vive. Não há, nas assembléias, o isolamento a que os parlamentares estão relegados em Brasília. Esta participação nos debates para formação de um novo sistema político, é quero destacar, a oportunidade da idéia de V. Exa.

Parece-me que uma participação ampla, de Norte a Sul do Brasil, aqui no Paraná, estaria marcada indelevelmente a presença de nosso Estado, a presença de nossa Casa de Leis, que talvez seja um marco histórico muito importante e como, muito bem disse o Deputado Luiz Roberto Soares, ao apartear V. Exa., citando um aturo francês, que em época revolucionária é muito perigoso falar-se em Constituição, acredito que existe

no Brasil, hoje, a preocupação de todos os brasileiros, de sair dessa fase de transição, através de um estudo que englobe toda representação popular do Brasil, nós então, marcaremos o término desse atual estado de transição.

Congratulo-me com V. Exa., pelo brilhantismo de seu discurso, que como disseram os demais apartantes, ele apenas ilustra e enriquece nosso Parlamento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de fazer uma pequena retificação no aparte do Deputado Nilso Sguarezi. Eu não disse que era "perigoso", mas que era discutível a transitoriedade dela em época revolucionária. Gostaria ainda de fazer uma brevíssima interferência, não sei se há ainda tempo hábil para isso.

O SR. OSVALDO MACEDO - Consultaria a Mesa sobre o tempo de que disponho.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência informa que o tempo regulamentar está se esgotando e V. Exa. tem apenas mais 5 minutos.

O SR. OSVALDO MACEDO - Pediria a benevolência de V. Exa. para me conceder mais 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa que o tempo destinado ao Expediente é improrrogável. Poderia V. Exa. concluir ou continuar o debate em Explicação Pessoal, caso se inscreva.

O SR. OSVALDO MACEDO - Obrigado. Solicito ao Deputado Luiz Roberto Soares que seja breve no seu aparte e eu também serei breve na leitura do projeto.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Só queria felicitar V. Exa. pela felicidade com que se houve, trazendo aqui a lembrança da famosa frase do Promotor Público que pediu a condenação de um escritor, com a seguinte justificativa: "é preciso impedir durante 20 anos o funcionamento deste cérebro". Eu reconheci perfeitamente quem era o cérebro. Realmente, achei muito bem colocado V. Exa. neste trecho, mas dando prosseguimento ao diálogo que V. Exa. tão oportunamente abre, faremos um pronunciamento a semana que vem, tratando do mesmo tema.

O SR. OSVALDO MACEDO - Obrigado. Submeto à esta Casa o seguinte projeto de resolução. (Lê):

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituído um Seminário para estudar, debater, repensar e oferecer sugestões para uma nova estrutura do sistema federativo do Brasil, objetivando o restabelecimento da autonomia dos Estados.

Art. 2º - Este Seminário será patrocinado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, será realizado na cidade de Curitiba no mês de outubro do corrente ano.

Art. 3º - Serão membros do Seminário com direito de voz e voto:

- a) - cinco representantes de cada Assembléia Legislativa Estadual, respeitada a representação proporcional dos partidos;
- b) - representantes da Câmara Federal;
- c) - representantes do Senado Federal;
- d) - os Governadores dos Estados;
- e) - representantes do Governo Federal.

Art. 4º - A Comissão Executiva, mediante indicação das lideranças, designará uma Comissão Coordenadora do Seminário, que terá as seguintes atribuições:

- a) - elaborar o regimento interno e o calendário do Seminário;
- b) - organizar detalhadamente o temário e estabelecer as comissões;

- c) - fixar o orçamento das despesas;
- d) - coordenar a organização e a realização do Seminário.

Art. 5º - A Comissão prevista nos termos do artigo anterior, será constituída no prazo de 10 (dez) dias, após a aprovação deste projeto.

Art. 6º - A Comissão constituída terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para apresentar em Plenário a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 7º - Durante o período de realização do Seminário as Sessões da Assembléia Legislativa serão dedicadas à participação em seus trabalhos.

Art. 8º - As conclusões do referido Seminário serão editadas em livro pela Assembléia Legislativa.

Art. 9º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975.

a) OSVALDO MACEDO".

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

om a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Osvaldo Macedo, lido da Tribuna. Necessita de apoio. - Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Exmo. Sr. Desembargador Aurelio Feijó. Parecer favorável da C.C.J., com **SUBSTITUTIVO**. - **Aprovado o substitutivo.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Associação das Igrejas dos Irmãos Menonitas do Brasil, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 20/75, de autoria da Comissão Executiva, que reestrutura o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, cria o Departamento de Pessoal e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. - **EM REGIME DE URGÊNCIA - Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 43/75, de autoria da Comissão Executiva, que acresce incisos que especifica, ao artigo 39 do Regimento Interno. Parecer favorável da C.C.J. - **EM REGIME DE URGÊNCIA - Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/73, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial no Distrito de Tamarana, Município de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/74, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$ 151.448,33 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos) ao Município de Arapongas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/74, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a

União Espírita Beneficente Jesus Maria José, com sede e foro na cidade de Morretes. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/75, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o número de assessores nos Gabinetes da Presidência, 1ª e 2ª Secretaria deste Poder Legislativo. Parecer favorável da C.C.J., com **EMENDA - Em discussão.**

Projeto de Resolução nº 03/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 7º do Decreto Legislativo nº 573/67, no seu § 2º, incisos I, II e IV alíneas "b", passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º -

§ 2º -

I - Gabinete da Presidência:

a -

b - Quatro (4) Assessores;

II - Gabinete da 1ª Secretaria:

a -

b - Quatro (4) Assessores;

III - Gabinete da 2ª Secretaria:

a -

b - Quatro (4) Assessores".

Art. 2º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

aa) PAULO CAMARGO - Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
MAURÍCIO FRUET - 2º Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/75

Assinado pela Comissão Executiva, o Projeto de Resolução em exame pretende alterar o artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 573/67, no seu § 2º, para aumentar o número de Assessores nos Gabinetes da Presidência, 1ª, 2ª Secretarias.

A matéria é legal e relevante, merecendo por isso a aprovação da casa.

É o parecer.

Sub-Censura.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETO - Presidente
LUIZ ROBERTO SOARES - Relator

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3/75

I - Acrescente-se um artigo onde couber:

Art. - O artigo 7º do Decreto Legislativo nº 573/67, no seu parágrafo 2º, inciso IX, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - . . .

§ 2º - . . .

IX Gabinete das Lideranças da Arena e do MDB

- a) um (1) Chefe
- b) um (1) Assessor
- c) dois (2) Auxiliares

II Acrescente-se um artigo onde couber

Art O artigo 7º do Decreto Legislativo nº 573/67, terá um parágrafo saber

Art 7º

§ 3º Gabinete das Lideranças da Arena e da Oposição

- a) um (1) Chefe
- b) um (1) Assessor
- c) dois (2) Auxiliares

a) ADALBERTO DAROS

Sobre o referido Projeto de Resolução nº 3/75, foi apresentado requerimento no seguinte teor: (Lê):

Senhor Presidente

Os membros da comissão de Constituição e Justiça, abaixo-assinados, requerem a V. Exa. a retirada da emenda apresentada ao Projeto de Resolução nº 3/75, de autoria da Comissão Executiva que dispõe sobre o número de assessores nos Gabinetes da Presidência, 1ª e 2ª Secretaria deste Poder Legislativo

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1975.

aa) ADALBERTO DAROS

DENI SCHWARTZ

ACCIOLY NETO

IVAN RUPPEL

ENEAS FARIA

DACIO LEONEL

EZEQUIAS LOSSO

Em votação o Requerimento. - **Aprovado.**

Em votação o Projeto de Resolução nº 3/75. - **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO do projeto de lei nº 34/74, de autoria do Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo doar a Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., maquinários e instrumentos agrícolas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI nº 34/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., os maquinários e instrumentos agrícolas seguintes:

Um trator John Deere - 730 - nº 7325920;

Um lote nº 59 - sucata de arado e grades;

Um lote nº 38-39-40-41 sucata de tratores Internacional T D 6 1060 e 1052;

Lote 50 8 lâminas UP/Internacional e 8 lâminas simples para Internacional;

Lote 53 9 seções de plantadeiras John Deere incompletos.

Uma semeadeira John Deere nº 5812;

Sucata de 10 grades de discos e de 7 semeadeiras John Deere;

Oito combinadas, sendo 5 John Deere e 3 Allis Chalmers, séries 24207, 24226, 24205, 25309, 24017 e B-72911, B-72799, B-72383;

Quatro arados de arame - lotes 64, 65, 68 e 69;

Uma sucata C 1092;

Cinquenta e quatro seções de grades de discos;

Um trator John Deere 16-1067,

Sucata de 2 John Deere 7325924-7325925.

Cinco semeadeiras John Deere, sendo duas de 17 linhas e três de onze linhas;

Seis arados metac 4 discos,

Quatro arados metac. incompletos.

Dois arados Gerbrüder Eberhardt, sendo um de 4 discos e incompleto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974

a) DAVID FEDERMANN.

JUSTIFICATIVA:

Os bens que se pretende doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa, foram cedidos para seu uso há quase dez anos pelo Estado. Sua utilidade é óbvia e os benefícios que cooperados vêm usufruindo deles tem sido inúmeros, considerando-se ainda o zelo e manutenção perfeita que lhes é dada pela direção da Cooperativa que sabe bem aquilatar o valor do patrimônio que recebeu em cessão.

Acresça-se ainda que tais máquinas e instrumentos, face as necessidades do Estado diante das modernas técnicas agrícolas tornam-se obsoletos não mais servindo para seu uso, enquanto que para os membros da Cooperativa cessionária têm uma utilidade imensurável.

Diante do tempo decorrido desde o empréstimo, tem-se uma situação de fato e que necessita ser consolidada através de lei própria.

Esperamos pois, o apoio de nossos Pares a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 34/74

O Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, de autoria do nobre Deputado DAVID FEDERMANN visa autorizar o Poder Executivo a doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., os maquinários e instrumentos agrícolas, conforme especifica.

Releva o autor da propositura em sua justificativa, que os bens que ora se pretende doar à mencionada Cooperativa, foram cedidos pelo Estado há quase dez anos, sendo utilizados pela entidade em apreço com zelo e manutenção perfeita e em virtude do tempo decorrido a situação de fato enfocada necessita ser consolidada legalmente.

Quanto à oportunidade, nada há a contestar.

Constitucional, legal e formalmente, a propositura está conforme.

Opino pelo ACOLHIMENTO da medida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

aa) FABIANO BRAGA CORTES - Presidente

WILSON FORTES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 34/74

De autoria do ilustre Deputado DAVID FEDERMANN, o Projeto de Lei em tela autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., maquinários e instrumentos agrícolas que especifica.

Do ponto de vista financeiro, que esta Comissão deve examinar, a matéria está em condições de ser aprovada pelo Plenário.

É o parecer,
S.M.J

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975
aa) QUIELSE CRISOSTOMO Presidente
GILBERTO CARVALHO Relator

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 107/74, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, com sede e foro na cidade de Cambé. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 107/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS — APAE, com sede e foro na cidade de Cambé.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
a) MAURÍCIO FRUET.

JUSTIFICAÇÃO:

A APAE de Cambé como suas congêneres de todo o País, tem a finalidade das mais nobres: promover o bem-estar, a proteção e o ajustamento de criaturas excepcionais, quaisquer que sejam suas condições sociais, e onde quer que se encontrem. O alcance e amplitude desta meta, entendemos, dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito e cabimento da medida que estamos propondo, para a qual reivindicamos o apoio dos nobres colegas Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 107/74

O projeto de lei nº 107/74, de autoria do nobre Deputado MAURICIO FRUER, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS com sede e foro na cidade de Cambé.

Examinando-se o processo, bem como a documentação que o acompanha, podemos verificar que os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria, estão plenamente satisfeitos.

As finalidades e o trabalho apresentado pela entidade, nos convencem plenamente da oportunidade do reconhecimento pelo Poder Público.

Isto exposto, temos a nos manifestar pela aprovação do Projeto de Lei nº 107/74.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975.
aa) ACCIOLY NETO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 160/74, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social e Beneficiária de Ivaiporã. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 160/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social e Beneficiária de Ivaiporã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1974.

a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto anexo demonstra claramente que a entidade em questão reúne todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para o reconhecimento de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 160/74

O presente Projeto de Lei objetiva declarar como de Utilidade Pública a "Sociedade de Assistência Social e Beneficiária de Ivaiporã", com sede naquele município, neste Estado.

A iniciativa — depreende-se do exame da — documentação que informa — atende os requisitos que dispõe sobre a matéria. Opinamos pela normal tramitação do projeto. É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando trinta (30) dias de licença em prorrogação, para tratamento de saúde, de acordo com o Regimento Interno. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da Tribuna, solicitando informações à Comissão Executiva desta Assembléia, sobre o recebimento das Contas do Executivo referente ao ano de 1974. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Desejava, Sr. Presidente, pela ordem, invocar o artigo 131 e o artigo 132 do Regimento Interno, para depois indagar a V. Exa. se este Deputado poderia, antes que V. Exa. despachasse o ofício o requerimento, porque não vejo respaldo regimental para que o faça, se V. Exa. permite que este Deputado fale sobre a impertinência do requerimento, desde que tem em mãos as informações solicitadas por Sua Excelência o Sr. Deputado Deni Schwartz.

Quero crer, prosseguindo, que, os esclarecimentos que trago e pretendo oferecer à consideração desta Presidência possam permitir ao autor, a retirada do requerimento, que poderá, na opinião pública, confundir o paranaense menos avisado, porquanto não houve da parte de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, qualquer falta de cumprimento ao que preconiza o artigo 47 inciso 15º, da nossa Carta Estadual, razão pela qual, se V. Exa., com a magnanimidade e com o espírito democrático que sempre tem orientado os trabalhos de V. Exa. nesta Presidência, permitir que este Deputado preste os esclarecimentos que pretende, este Deputado o fará. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa V. Exa., que o requerimento que está sobre a mesa vai ser encaminhado à Comissão Executiva para apreciação, tendo em vista que compete à Comissão Executiva, apreciar; entretanto, se pretende V. Exa. discutir o mérito do requerimento, naturalmente será deferida a questão de ordem de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI – Agradeço, Sr. Presidente. Falarei sobre a matéria.

Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados, o Sr. Deputado Deni Schwartz pretendeu, desta tribuna, responsabilizar o Governador do Estado pela não observância do disposto no artigo 47 inciso 15º da nossa Constituição Estadual, e pretende Sua Excelência informar-se se o Sr. Governador do Estado, dentro do prazo constitucional, encaminhou prestação de contas do exercício de 1974.

Devo, Sr. Presidente, informar à Casa, primeiro:

O Executivo não encaminha dentro dos 60 dias depois de instalado o período legislativo, a prestação de contas do exercício anterior, diretamente à Assembléia Legislativa do Estado, com a observância no artigo nº 39 parágrafos 1º e 2º da nossa Carta Estadual. O Poder Executivo encaminha a sua prestação de contas ao órgão auxiliar deste Poder, Tribunal de Contas do Estado e também, no prazo de 60 dias emite o Parecer Prévio e encaminha a esta Casa, para deliberação, precedida do Parecer da Comissão Técnica, Permanente, de Tomada de Contas e posterior julgamento deste Plenário. Eu devo, apenas, a título de ilustração, fazer algumas observações. Contas Relativas ao Exercício de 1972, encaminhadas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas em data de 16 de abril de 1973, encaminhadas pelo Tribunal de Contas à Assembléia Legislativa do Estado, em 13 de julho de 1973. Contas relativas ao exercício de 1973, encaminhadas à Assembléia Legislativa com o Parecer Técnico prévio em 3 de julho de 1974.

Apenas para argumentar, é histórico no Paraná e demais Estados Federais que os Governos nos Estados encaminham a sua prestação de contas ao órgão responsável pela emissão do Parecer Técnico prévio e poderá ser favorável ou contrário à sua aprovação e teve o caso em que o Sr. Deputado Deni Schwartz, através do ofício n. 69/G/75, no dia 15 de abril de 1975, a respeito disto, no dia 16 de abril, o Presidente do Tribunal de Contas Conselheiro Nassim Bacila Neto, através do Expediente daquela Presidência, encaminhada ao Sr. Governador do Estado agradece o envio da Prestação de Contas e elogia o Governo do Estado por ter enviado muito antes do prazo constitucional exigido, o que, segundo ele, quase surpreende aquela Corte, porquanto o Governador do Estado providencia o cumprimento do dispositivo constitucional muito antes da data do prazo fatal preconizado pela nossa Constituição e tão somente para que se evite qualquer comentário que possa, na opinião pública duvidar do cumprimento do dispositivo constitucional por parte de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, é que desejava prestar essa informação porque a imprensa paranaense, sempre tão ciosa de bem informar à nossa população, poderia, sem a pretensão de pré-julgar uma atitude governamental passível até de crime de responsabilidade, fazer com que a opinião pública pudesse entender como relapsa a assessoria governamental.

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, inicialmente, queremos estranhar que um requerimento que parece ser atribuição exclusiva da Mesa, tenha recebido a sua defesa da tribuna neste momento, o que deveria ser feito numa questão de ordem. Segundo me parece, a matéria é de informação à Mesa. Mas entendo também válida a presença de V. Exa. de emprestar o esclarecimento que V. Exa. faz da tribuna, mas me parece que V. Exa. está com uma preocupação muito adiante daquilo que o nobre Deputado, que o nobre Deputado Deni Schwartz está pretendendo.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. falou em cassação. V. Exa. está levantando uma crônica perigosa.

O SR. MUGGIATI FILHO – ... o equívoco que V. Exa. elaborou eu também elaborei em equívoco, porque o Deputado Deni Schwartz, quando falou sobre isso, ele estava pretendendo uma resposta que não seria inserida no seu discurso. Mas que,

respondendo a alguém que lhes disse, e que é somente três minutos, não constou isso oficialmente, da sua oração, da sua proposição. Ele apenas encaminhou um pedido de informações, apenas porque ele acha oportuno, indagar o que V. Exa. afirmou. Era o esclarecimento.

O SR. IVO THOMAZONI – Agradeço o esclarecimento de V. Exa.. Mas o prazo, se pretender V. Exa. invocá-lo, não mais será da responsabilidade do Sr. Governador do Estado.

Caberia ao Tribunal de Contas do Estado, que teria prazo até 1º de julho do corrente ano.

Houve precipitação do Deputado em levantar o problema.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência informa que por um ato de liberalidade concedeu a palavra ao líder do Governo para esclarecer o assunto, não cabendo debates e concede um minuto para S. Exa. concluir.

O SR. MUGGIATI FILHO – Só pediria para acrescentar que o nobre Deputado Deni Schwartz está calçado na letra fria da lei.

As demais considerações deverão ser examinadas minuciosamente, como V. Exa. está fazendo.

O SR. IVO THOMAZONI – Considero o requerimento impertinente. Não no sentido de considerar que o Deputado extravasou a competência. Há um dispositivo regimental citado por mim, que não dá abrigo a requerimentos desta natureza.

Solicito a V. Exa., Sr. Presidente, para permitir ao Deputado do MDB esclarecer qual o objetivo desta indagação, que considero extemporânea e peço que me inscreva para falar em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE – Está inscrito o nobre Deputado para falar em explicação pessoal.

Esta Presidência esclarece que somente concedeu a palavra por uma questão de liberalidade.

O requerimento vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual José Daru. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pela passagem do “Dia da Vitória” e o término da II Guerra Mundial. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando a inclusão nos Anais da Casa, da Publicação nº 6, de responsabilidade da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, que faz uma homenagem póstuma aos pracinhas paranaenses, no 30º aniversário da vitória na II Grande Guerra. – **Aprovado.** (A matéria a ser publicada, acha-se transcrita no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de encarecer que determine ao Diretor do Departamento de Rendas Estaduais, visando a instalação de uma agência fiscal ou posto, no distrito de Cafelândia, município de Cascavel. – Em discussão.

O SR. WERNER WANDERER – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica transferida a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, bem como ao Sr. Ministro da Justiça, objetivando a criação da Zona Franca, abrangendo o Território da Usina de Itaipu. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do De-

partamento de Imigração bem como ao Sr. Diretor do Incri. a fim de que tome conhecimento e forneça respostas definitivas e concretas a respeito da tomada de demanda de paranaenses ou não, mas residentes neste Estado para o vizinho país Paraguai.

Aprovado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao órgão do governo competente, no sentido de que se efetue o pagamento de diárias aos guardas rodoviários, das cidades entre Cruzeiro do Oeste e Londrina. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que proceda averiguação e fechamento de uma "Cocheira" para criação de gados, de propriedade do Sr. Prefeito Municipal de Janiópolis. — Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a Sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de encarecer a reparação — correção e alargamento da estrada Cascavel — Nova Aurora, passando por Cafelândia, distrito de Cascavel. — **Aprovado**.

Requerimento subscrito por diversos Srs. Deputados, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne autorizar, através da parte competente, a transmissão direta das Sessões deste Legislativo, pela Rádio do Colégio Estadual do Paraná. — **Aprovado**.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, indagaria da Mesa qual o destino dado ao requerimento de nossa autoria, cuja súmula é: "pede nota oficial da Mesa".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não tomou conhecimento desse ofício. E informa que tendo em vista deliberação da Presidência da Casa que requerimentos que chegam após o horário do Expediente e não são lidos pelo autor, da tribuna, automaticamente ficam transferidos para a sessão seguinte, por questão de ordem da Mesa. Tanto assim, que já houve caso semelhante com requerimento de autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Questão de ordem). Sr. Presidente, nestas condições, e como a nossa questão de ordem dizia respeito ao esclarecimento sobre a existência ou não desse requerimento, encaminhado após ou durante o Grande Expediente, e como V. Exa. esclareceu a matéria, nós nos conformamos e nos reservamos para melhor oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede a palavra, em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quer me parecer que a leitura do artigo 39, parágrafo 1º e 2º da nossa Constituição Estadual, dirime qualquer dúvida quanto a improcedência do requerimento do Deputado Deni Schwartz.

Artigo 39 — "A fiscalização financeira e orçamentária do Estado será exercida pela Assembléia Legislativa mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 1º — O controle externo da Assembléia Legislativa será exercido com auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º — O Tribunal de Contas dará parecer prévio em ses-

enta dias, sobre as contas que o Governador prestar anualmente; não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado à Assembléia Legislativa, para os fins de direito, devendo aquele Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

Quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a iniciativa de responsabilizar o Governo, para o caso de não haver prestado contas dentro do prazo constitucional, teria como objetivo principal a comunicação do Presidente do Tribunal de Contas à Assembléia Legislativa. Mas, como no presente caso o Sr. Governador do Estado enviou a prestação de contas do exercício financeiro anterior, muito antes do prazo fatal, constitucional, merecendo expediente da Presidência do Tribunal de Contas, agradecendo e elogiando pela iniciativa, por se constituir até um fato novo neste Estado, não tem razão de ser a existência deste requerimento.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. haverá de permitir que solicite de sua gentileza, de sua fineza, permissão para uma observação, porque na verdade, a grande contradição não está no requerimento do Deputado Deni Schwartz. A grande contradição está na própria Constituição. O artigo 47, inciso 15º estabelece que o Governador deve prestar anualmente à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior. E no parágrafo 2º do artigo 39 diz que o Tribunal de Contas dará parecer prévio em 60 dias sobre as contas que o Governador prestar anualmente".

Muito bem, nós temos dois artigos tratando de maneira diferente da mesma questão. Qual seria a solução que daríamos? Sendo o Tribunal de Contas órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, creio que a Assembléia tem preferência para o recebimento, porque também é uso nesta Assembléia que os nossos pedidos de informação sejam sempre dirigidos não ao funcionário subalterno, mas ao chefe, o Diretor, e assim o Tribunal de Contas, órgão auxiliar da Assembléia, não deve ser o primeiro a receber. Devem as contas ser enviadas à Assembléia e esta encaminhará ao Tribunal de Contas.

Qual teria a prevalência o art. 39, § 2º ou o art. 47, inciso 15º?

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa., Deputado Osvaldo Macedo, fazia menção ao inciso 7, do art. 47, em que a Constituição determina que o Governador deveria "remeter mensagem à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa, dando conta da situação do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias".

Todos os Governadores cumprem este dispositivo e cumprem religiosamente o inciso 15 do art. 47, enviando anualmente à Assembléia Legislativa, dentro de 60 dias, após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior.

O Sr. Governador encaminhou somente com o protocolo das Contas junto ao órgão auxiliar deste Poder que é o Tribunal de Contas. Seria redundante, nobre Deputado, o Governador do Estado, encaminhar a este Poder para que este Poder voltasse a encaminhar ao Tribunal de Contas, para a Auditoria, para que depois o Tribunal de Contas, uma vez emitido o parecer, mandasse, novamente, a este Poder.

O SR. OSVALDO MACEDO — Nobre Deputado, existe três Poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeitamente, a Lei reconhece o Tribunal de Contas, o protocolo, senão deixar de ser o órgão responsável.

O SR. OSVALDO MACEDO — Não discuto a competência do Tribunal de Contas que é o órgão auxiliar da Assembléia.

O SR. IVO THOMAZONI — Então, V. Exa. concorda comigo.

O SR. OSVALDO MACEDO – Esta Constituição é muito mal elaborada...

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Deputado, a prática do Paraná, é a prática de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e de outros Estados. Só se esta prática não vale para o MDB, vale somente para a ARENA.

O SR. OSVALDO MACEDO – Digo e afirmo que esta Constituição foi absurdamente elaborada e é contraditória e por isto permite a interpretação que o Deputado Deni Schwartz está dando.

O SR. IVO THOMAZONI – Está expresso na Constituição e o que pretendo desta Tribuna é dizer que o Governador do Estado cumpriu o dispositivo constitucional e o fez muito antes do prazo a ele concedido pela Constituição.

Quer me parecer que houve apressamento no Pedido de Informações, porque ao Tribunal de Contas também é concedido o prazo de sessenta dias para encaminhar a esta Casa o parecer prévio.

O SR. OSVALDO MACEDO – Gostaria que V. Exa., com o espírito desarmado, oferecesse a este Deputado, menos experiente que V. Exa., qual o tipo de prevalência que existe o art. 47, inciso 15 ou o art. 39, § 2º.

O SR. IVO THOMAZONI – Ambos os artigos da Constituição foram respeitados e atendidos.

O art. 47 porque o Governo do Estado encaminhou a Prestação de Contas e a encaminhou através do ofício nº 69G/75 em data de 15 de abril, portanto muito antes de inspirado o prazo constitucional.

E por outro lado o art. 39, por mim invocado, também, completamente atendido se o Tribunal de Contas exarar o parecer dentro do prazo que lhe é concedido.

O SR. ACCIOLY NETO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para dirimir essa dúvida levantada principalmente pelo Deputado Osvaldo Macedo a propósito da prevalência de uma sobre outra norma constitucional.

Em primeiro lugar, não me parece que a Constituição do Estado do Paraná esteja, quanto a isto, mal redigida, porque o texto da Constituição Federal é exatamente igual, vale dizer que também em relação ao Congresso Nacional a prestação de contas do Presidente da República se faz nos moldes ora aqui criticados, isto é, envia-se a prestação de contas previamente ao Tribunal de Contas da União e posteriormente é que o Congresso Nacional decide sobre tal prestação de contas.

Quanto à prevalência, também não tem razão o nobre Deputado Osvaldo Macedo, porque é regra de Direito que nenhuma norma dentro do mesmo texto prevalece sobre outra. Pelo contrário, ambas se coadunam, se adequam e às vezes até servem umas às outras, subsidiariamente e se completam.

Então nesse sentido eu dou razão inteira a V. Exa., quando entende que o Deputado Deni Schwartz, data vênua, apressadamente, talvez por não ter consultado o texto constitucional e também por não ter se inteirado do procedimento adotado, adentrou para a apreciação da Casa com o requerimento.

Era só isto, Sr. Deputado, que eu queria esclarecer.

O SR. IVO THOMAZONI – Mesmo porque o Sr. Presidente, considerou válido o requerimento de Sua Excelência o Sr. Deputado Deni Schwartz e o despachou de ofício, para que a Comissão Executiva prestasse as informações que Sua Excelência pretende obter. Não há outra razão da minha permanência nesta tribuna, senão para informar à Casa do procedimento correto do Governador do Estado, para que amanhã, ou hoje mesmo, não sejamos surpreendidos com manchetes em algum canal de televisão menos avisado, que poderia afixar: DEPUTADO PEDE CASSAÇÃO DE MANDATO DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO,

e para que a opinião pública mais uma vez se defrontasse com notícias que só servem para indispor o povo com o Governo do Estado, para intranquilizar o Paraná que, graças a Deus, está hoje vivendo um clima de tranquilidade, de paz, de ordem, propício para o desenvolvimento de uma ação governamental honesta, profícua e voltada aos interesses da nossa população.

Desejava que este esclarecimento fosse recebido pela ilustre bancada do MDB com este sentido, com o objetivo único de esclarecer o eminente Deputado da correção com que o Governo do Estado tem se comportado quanto à prestação de contas do Executivo.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu confesso que não fiz este requerimento por extremismo ou para ser manchete, ou para que esta manchete que V. Exa. muito bem define, venha a aparecer amanhã, nos jornais e isto eu até provo, com um rascunho que havia feito para o meu pronunciamento, que infelizmente foi tolhido pela premência do tempo e pela Mesa, de onde surgiu, quando adentrava a esta tribuna, o termo “cassação”.

Na verdade, Sr. Deputado, eu estou trazendo este problema porque duvido eu que dentro desta Casa algum Deputado subisse em 60 dias que estas contas tinham ido para o Tribunal de Contas. Sr. o Governador, realmente, não tem culpa e eu vejo que não tem culpa, mandou no prazo, então o Presidente do Tribunal de Contas deixou de comunicar a Casa.

O SR. IVO THOMAZONI – Mas não há necessidade, Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ – Esses 60 dias porque eu olho...

O SR. IVO THOMAZONI – 60 dias para analisar no Tribunal.

V. Exa. depois terá um ou dois anos, três anos, quanto tempo V. Exa. quiser para manusear a prestação de contas, para fazer até através de uma Comissão especial de deputados, se pretender, as incursões junto aos órgãos para ver a exatidão da prestação de contas apresentada pelo Governador, mas seria numa fase posterior, deputado, quando emitido o Parecer.

O SR. PRESIDENTE – A mesa informa que, além do prazo regulamentar esgotaram-se os 5 minutos. V. Exa. querendo pode requerer a prorrogação de mais 10 minutos, de acordo com o Regimento. Seria de 15 minutos, mas como nós já deliberadamente prometemos mais 5...

O SR. IVO THOMAZONI – Eu fico com os 10 e concordo com V. Exa. que o terço do meu tempo seja alargado.

O SR. DENI SCHWARTZ – Eu quero concluir meu aparte. Sr.

Deputado, se coloque na posição de qualquer deputado desta Casa que lê o inciso 15: “Prestar anualmente à Assembléia Legislativa, dentro de 60 dias”. E veja o terror do meu requerimento. Estou solicitando à Mesa, à Comissão Executiva porque a Comissão Executiva não informou à Casa que o Tribunal de Contas recebeu as contas. Eu quero saber se em 60 dias, a partir de primeiro de março, o Sr. Governador prestou as contas no Tribunal ou mandou para esta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI – Já informei a V. Exa.

O SR. DENI SCHWARTZ – É este o meu pedido porque se ele prestou dentro do prazo e eu concordo com o Deputado Osvaldo Macedo que é uma contradição, nós estamos sendo submetidos ao Poder Menor, não poder...

O SR. IVO THOMAZONI – Absolutamente não.

O SR. DENI SCHWARTZ – ... à repartição menor, porque ele é órgão auxiliar nosso e como órgão auxiliar deveria receber daqui para nós sabermos inclusive, veja Deputado, alguns acharem que foi intempestivo. Não foi. Porque eu aguardei 60 dias para perguntar à Mesa e não estou reclamando contra o Sr. Governador, a não ser, infelizmente, na maneira de apresentar a coisa mas estou pedindo à Mesa se ela foi informada que o Go-

vernador prestou Contas. Não estou aqui fazendo acusações ao Sr. Governador.

O SR. IVO THOMAZONI – Não há obrigação, Deputado Deni Schwartz, constitucional, legal que obrigue o Governador, depois de dar entrada de sua prestação de contas junto ao tribunal de Contas do Estado que comunica à Casa...

O SR. DENI SCHWARTZ – E não há obrigação do Presidente de comunicar à Casa?

O SR. IVO THOMAZONI – Também não.

O SR. DENI SCHWARTZ – Como vou saber que em 60 dias foi prestada essa conta.

O SR. IVO THOMAZONI – A obrigação constitucional do Presidente, é emitir o Parecer prévio em 60 dias, e então sim, capeando o parecer prévio, remeter a prestação de contas à Casa. Quando esta Casa, então, haverá de dizer inclusive da lisura do Parecer que não só das contas porque esta Casa, os Deputados poderão aceitar o parecer prévio ou rejeitar o parecer prévio.

O SR. DÁCIO LEONEL – Deputado Ivo Thomazoni, me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas porque entendo que a resposta à solicitação formulada pelo ilustre Deputado Deni Schwartz, ela está implícita no próprio Artigo da Constituição. Ora, é evidente que se há uma obrigatoriedade do Tribunal de Contas de informar à Presidência da Assembléia Legislativa ou esta Casa sobre a eventualidade do não recebimento das contas dentro do prazo previsto é mais que evidente pelo puro silêncio, que as contas foram enviadas dentro do prazo estabelecido. Entendo, depois de ter ouvido a opinião feita pelo Sr. Deputado Accioly Neto, com referência ao Artigo aqui invocado, posso concluir que a situação ficou plenamente clara. Está caracterizado que o Artigo 39 mencionado por V. Exa. no que diz respeito ao envio do Sr. Governador ao Tribunal de Contas no prazo para remessa, depois, a esta Casa, do seu parecer prévio e também a informação a esta Casa de não ter sido encaminhado no prazo, logo eu entendo que esta faceta está plenamente superada e esclarecida e apenas digo a V. Exa. que o que mais me situa num sentido de satisfação foi depois de ter ouvido as ponderações do ilustre Líder da bancada do MDB, Sr. Deputado Muggiati Filho.

Nestas condições, entendo, que o episódio que está plenamente superado pelo menos neste aspecto, não restou nada que pudesse ficar como aresta entre uma e outra bancada. Aachamos que o assunto está plenamente satisfatório para ambas as bancadas e também para esta Casa Legislativa.

O SR. IVO THOMAZONI – Agradeço V. Exa., e novamente quero dizer ao nobre Deputado Deni Schwartz, que nada, absolutamente nada de pessoal contra a atitude de S. Exa. E tão somente para que evitássemos uma notícia, que poderia suscitar dúvidas do comportamento do Sr. Governador, pudesse amanhã tomar, de surpresa, os leitores ou os ouvintes menos avisados, deste Estado. Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, às 10 horas com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GABRIEL SAMPAIO, EM SESSÃO DO DIA 8 DE MAIO DE 1975.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA CULTURA

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA DO
PARANÁ (COMOCI-PR)

Publicação nº 06

HOMENAGEM PÓSTUMA AOS PRACINHAS PARANAENSES
NO 30º ANIVERSÁRIO DA VITÓRIA NA II GRANDE
GUERRA – 8 de maio de 1975

“Os que tombam pela Pátria não morrem; fundem-se em espírito a ela e têm vida eterna”. (Tamandaré).

Por ocasião da passagem do 30º Aniversário da Vitória na II Guerra Mundial, a Secretaria da Educação e da Cultura, através da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, em colaboração com o Círculo de Estudos Bandeirantes e o Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, com base no Artigo 2º do Decreto-Lei 869 de 12 de setembro de 1969, houve por bem prestar homenagem póstuma aos Pracinhas Paranaenses, que tombaram na Itália durante aquele conflito, no cumprimento do dever cívico.

“É sempre uma glória lutar-se pela Pátria e por um ideal. O Governo e o Povo do Brasil vos acompanham em espírito na vossa jornada e vos aguardam cobertos de glórias”. (Getúlio Vargas).

2º SGT MAX WOLF FILHO (†12/04/1945)

Natural: Rio Negro - PR

CB. JOAO FAGUNDES MACHADO (†17/11/1944)

Natural: S. Jose dos Pinhais - PR

SD. ADAO WOJCIK (†21/02/1945)

Natural: Araucaria - PR

SD. ANELIO DA LUZ (†12/12/1944)

Natural: Cerro Azul - PR

SD. ADIR JORGE (†22/04/1945)

Natural: Rio Negro - PR

SD. ANTONIO CAÇAO (†14/03/1945)

Natural: Rio Azul - PR

SD. BRUNO ESTRIFICA (†14/04/1945)

Natural: Ipiranga - PR

SD. CONSTANTINO MAROCHI (†21/09/1944)

Natural: Campo Largo - PR

SD. ELISEU JOSE HIPOLITO (†24/04/1945)

Natural: S. Joao do Triunfo - PR

SD. HERMINIO CARDOSO (†16/03/1945)

Natural: Curitiba - PR

SD. ERNESTO GONÇALVES (†11/09/1944)

Natural: Paranaguá - PR

SD. ESTANISLAU WOJCIK (†31/01/1945)

Natural: Araucaria - PR

SD. EURIDES F. DO NASCIMENTO (†09/11/1944)

Natural: Curitiba - PR

SD. FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (†02/03/1945)

Natural: Antonina - PR

SD. FRANCISCO F. DOS SANTOS (†13/12/1944)

Natural: S. Jose dos Pinhais - PR

SD. GUMERCINDO DA SILVA (†18/02/1945)

Natural: Rio Negro - PR

SD. JOAO PROTZEK (†14/04/1945)

Natural: Irati - PR

SD. JOAO FLORINDO ZANETTI (†30/03/1945)

Natural: Campo Largo - PR

SD. JOAO MARIA BATISTA (†24/04/1945)

Natural: Guarapuava - PR

SD. JOAO DE OLIVEIRA CARMO (†20/02/1945)

Natural: Castro - PR

SD. JOSE DOMINGUES PEREIRA (†26/02/1945)

Natural: Campo Largo - PR

SD. JOSE LIMA (*14/04/1945)

Natural: Rio Azul PR

SD. JOSE WOSEK (*19/10/1944)

Natural: Araucaria PR

SD. LEONIDAS MOREIRA (*28/11/1944)

Natural: Paranaguá PR

SD. LUIZ STOEBERI FILHO (*16/04/1945)

Natural: Rio Negro PR

SD. MARCELINO JAZINSKI (*25/01/1945)

Natural: Curitiba - PR

SD. RODOLFO GOMES DE CAMPOS (*12/12/1944)

Natural: União da Vitória PR

SD. SIMPLICIO VIEIRA DE LARA (*26/04/1945)

Natural: São João do Triunfo PR

MENSAGEM ALUSIVA AO 30º ANIVERSÁRIO DA VITÓRIA NA II GUERRA MUNDIAL

A edição desta Publicação contou com o apoio da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, na pessoa de seu Digníssimo Comandante, Sua Excelência, General de Divisão Samuel Augusto Alves Corrêa, que redigiu a seguinte mensagem:

"Desvanecido e honrado pelo convite que me foi feito pelo Prof. Sebastião Ferrarini, mui digno Coordenador dos Trabalhos da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, para enviar u'a mensagem aos jovens de minha terra por ocasião das comemorações do 30º Aniversário da Vitória Aliada na 2ª Guerra Mundial, quero lhes expressar a alegria e a emoção com que o faço.

De fato, quem se dirige à juventude é o mesmo que fazê-lo ao Brasil de amanhã, e podemos até dizer, ao Brasil do ano 2000, já que, nesse marco significativo para a humanidade, muitos de vocês estarão certamente conduzindo o país ou influenciando decisivamente nos seus destinos.

O futuro, entretanto, não existirá por si só, mas dependerá em grande parte do que for realizado no presente, como este decorre muito do que foi conquistado no passado.

Bem sabemos que para termos hoje existência como nação soberana e independente, dotada de um imenso território e de um desenvolvimento que a cada dia mais se acentua, muitos e muitos brasileiros tiveram que, no passado, trabalhar com afincos, entusiasmo e abnegação, lutar com denodo, bravura e coragem, e morrer em defesa dos nossos mais sagrados interesses.

Assim aconteceu nos anos 40, quando nossa Pátria, ombro a ombro com as nações democráticas do mundo ocidental, revideou a agressão insólita e, vencendo os mares, foi defender em terras da Europa os princípios consagrados pela nossa história, pelas nossas tradições e pelos sentimentos generosos do nosso povo.

Assim aconteceu em Camaiole, Monte Prano, Fornaci, Galicano, Barga, Belverde, Monte Castelo, Castelnuovo, Montese Zocca, Marano, Collecchio e Fornovo quando, há três décadas, os valorosos integrantes da Força Expedicionária Brasileira reafirmaram o valor de nossa gente, dominando com intrepidez e heroísmo pontos-chaves das posições inimigas que abriram as portas para vitórias decisivas das forças aliadas e onde alguns dos nossos pracinhas ofertaram sua vida em holocausto à Pátria, como já o tinham feito anteriormente, em épicas jornadas, os irmãos d'armas da Marinha e da Aeronáutica.

As gerações do presente são depositárias e guardiãs fervorosas desse passado glorioso, que ser-lhes-á entregue incólume e acrescido do que souberam ou puderam conquistar, para que vocês continuem a escrever em livro de ouro a história de nossa Pátria.

Para bem fazê-lo, todavia, indispensável se torna que estejam preparados física, cultural, moral e espiritualmente, pois somente assim terão condições de sobreviver ao trabalho hercúleo, e bem conhecer os nossos problemas para equacioná-los

racionalmente e encontrar a solução mais adequada aos elevados interesses do Brasil.

Somente assim terão a fortaleza de alma para superar as dificuldades e vencer os desafios cada vez maiores que, existindo atualmente, poderão se agravar muito nos últimos lustros do século em que vivemos.

Somente assim possuirão as qualidades de caráter capazes de identificar com justeza os valores espirituais e morais que, por serem eternos, terão que resistir às grandes transformações que se operam no mundo contemporâneo, com amplitude e vigor até então desconhecidos, e que não se sabe ainda até onde chegarão.

Somente assim vocês terão prudência e sabedoria para esposarem e implantarem idéias e valores novos, permanecendo porém fiéis ao Brasil, o futuro continuando o presente, como este tem sido o prolongamento do passado.

Este é o sentido maior, meus caros e jovens compatriotas, arquitetos do Brasil de amanhã, desta mensagem que lhes envio com simplicidade e de coração, desejando que tenha conseguido fazê-lo com a franqueza e a sinceridade que deve ser a tônica do diálogo entre as nossas gerações."

a) Gen. Div. Samuel Augusto Alves Corrêa
Comandante da 5a RM/DE

Esta Edição da COMOCI-PR é uma deferência especial do Comando da 5a Região Militar e 5a Divisão de Exército.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 54ªS REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Reuniões, com a presença dos senhores deputados: Rosário Pitelli, Jurandir Messias e Edilson Alencar. Havendo número legal o senhor Presidente, declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos:— **PROJETO DE LEI N. 16/75** - De autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo, doar ao município de Telêmaco Borba, imóvel onde funciona o Grupo Escolar Leopoldo Mercer. Relator: Deputado Jurandir Messias. Parecer: Favorável com substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado. **PROJETO DE LEI N. 20/75** - De autoria do senhor deputado Otássio Pereira, que autoriza o Poder Executivo, criar na cidade de Ivaiporã, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relator: Deputado Jurandir Messias. Parecer: Contrário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para produzir os efeitos legais.

a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

a) MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

8ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Dep. Accyoli Neto, e presentes os Srs. Deputados Deni Schwartz, Luiz Roberto Soares, Waldenício Barbalho, Ivan Rüppel e Ezequias Losso, e o Sr. Assessor Francisco José da Cunha Gebran. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia. 1)– **PROJETO DE LEI N. 1/75**, do Poder Executivo. Mensagem 8/75, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, no atendimento de despesas com construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer favorável. Aprovado. 2)– **PROJETO DE LEI N. 23/75**, do Sr. Dep. José Antônio Del Ciel. Autoriza o Poder Executivo permutar terreno de propriedade do Estado do Paraná, por áreas de terras de propriedade do Município de Londrina, conforme especifica. Relator Dep. Luiz Roberto Soares. Parecer favorável. Aprovado. 3)– **PROJETO DE LEI N. 35/75**, do Dep. Ezequias Losso. Denomina Grupo Escolar Professora Edite Cordeiro Marques, o atual Grupo Escolar de Turvo, município de Guarapuava. Relator Dep. Luiz Roberto Soares. Parecer favorável. Aprovado. 4)– **PROJETO DE LEI N. 39/75**, do Dep. Egon Pudell. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Medianeira. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer favorável. Aprovado. 5)– **PROJETO DE LEI N. 40/75**, do dep. Egon Pudell. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Medianeira. Relator Dep. Ivan Rüppel. Parecer favorável. Aprovado. 6) **PROJETO DE LEI N. 119/74**, do dep. Paulo Camargo. Autoriza o Poder Executivo doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terrenos números 4 e 5, da Quadra 38, da Planta da cidade de Tapejara D'Oeste. Relator Dep. Fabiano Braga Côrtes. Parecer favorável. Aprovado. 7) **PROJETO DE LEI N. 189/74**, do dep. Wilson Brandão. Dispõe sobre licenciamento ou afastamento de Servidores do Estado, previsto no § 4 do artigo 99, do Decreto 12.491, de 5.10.68. Rel. Dep. Waldenício Barbalho. Parecer favorável com Substitutivo. Aprovado. 8)– **PROPOSIÇÃO N. 31/75**, do Poder Executivo. Mensagem 12/75, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Instituto de Câncer de Londrina, para fins que especifica. Relator Dep. Waldenício Barbalho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 9)– **PROPOSIÇÃO N. 195/74**, do Poder Executivo. Mensagem 70/74, encaminhando cópia do convênio entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social e a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, para fins que especifica. Relator Dep. Deni Schwartz. Deferido vista ao dep. Luiz Roberto Soares. – O Sr. Waldenício Barbalho ocupa a Presidência da reunião, a fim de que o Sr. Presidente, Deputado Accyoli Neto, possa relatar os seguintes **PROJETOS DE RESOLUÇÃO N. 20/75**, a Comissão Executiva. Reestrutura o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, e dá outras providência. Parecer favorável. Aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 43/75**, da Comissão Executiva. Acresce incisos que especifica, ao artigo 39, do Regimento Interno. (Cria as Comissões de Recursos Humanos e Ecologia e Meio Ambiente).– Parecer favorável.

Aprovado. O Sr. Deputado Accyoli Neto reassume a Presidência e como nada mais há a tratar, encerra a presente reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) ACCYOLI NETO – Presidente

a) RITA CELESTINO SOARES – Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a Presidência do deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Francisco Escorsin apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N. 20/74** - de autoria do deputado Haroldo Bianchi, que dispõe na forma que estabelece, sobre o valor dos auxílios devidos pelo IPE, aos cônjuges funcionários públicos, quando ambos são contribuintes. **PROJETO DE LEI N. 95/74** - de autoria do deputado Ivo Thomazoni, que cria uma Circunscrição de Trânsito na sede do Mon. de Medianeira e jurisdição nos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Matelândia, desmembrado da 7a. CIRETRAN. **PROJETO DE LEI N. 131/74** - de autoria do deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo a criar na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, um curso de Bacharelado e Licenciatura. **PROJETO DE LEI N. 172/74** - de autoria do deputado Ivo Thomazoni, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos Autores, Editores e Impressores que publiquem obras no Estado do Paraná de remeterem à Biblioteca Pública 2 (dois) exemplares das ditas obras conforme especifica e dá outras providências. **PROJETO DE LEI Nº 191/74**, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 76/74, encaminhando ante-projeto de lei que objetiva majorar as Tabelas das funções gratificadas dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aumentar os valores do Salário Família dos dependentes dos funcionários e das pensões especiais pagas pelo Estado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79/73** – ex-Proposição nº 256/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/74** – de autoria da Comissão de Constituição e Justiça – ex-Proposição nº 28/74, aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/74** – de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição nº 247/73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Cianorte, objetivando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquela comuna. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/74** – de autoria da Comis-

ção de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 45/74, que aprova os Convênios celebrados, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações de verbas que especifica. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/74** – de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição nº 53/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante verbas que especifica. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/74** – de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição nº 54/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando a construção de um complexo Penitenciário Agropecuário – Industrial, na região Norte do Estado. **APROVADAS.** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, que para produza os efeitos legais.

- a) LINEUTURRA – Presidente
a) Lélío Sotomaior – Secretária

DECRETO LEGISLATIVO Nº 262/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1292/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

conceder, a GILBERTO DAROS, ocupante do cargo de nível PL “27”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais de cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 19 de março de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 264/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3298/75, de 11 de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

I – dispensar, a pedido, NEUSA OLIVIA MELAZA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Chefe de Secção de Correspondência, a partir de 11 de abril de 1975; e

II – designar, ZELMA LOPES WOJCIK, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Chefe de Secção de Correspondência, a partir de 11 de abril de 1975.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 8 de maio de 1975.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 265/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3389/75, de 14 de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

designar, NEUSA OLIVIA MELAZA, ocupante do cargo de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Assessor de Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 11 de abril de 1975.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 8 de maio de 1975

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

Art. 1º – Autorizar o pagamento de gratificação, prevista pelo Decreto Estadual nº 6153, de 21 de julho de 1967 e no disposto do Art. 4º, do Decreto Legislativo nº 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, aos funcionários abaixo discriminados, a partir do:

MÊS DE MARÇO

JOANA DE BIASIO DA CUNHA
LADY CUNHA
LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO
OCIREMA STAMM BELLE
SIOMARA LOPES GOMIDE
SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL
AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS
PEDRO LIBERTI

MÊS DE ABRIL

WILSON KAIEL

MÊS DE MAIO

CESAR AUGUSTO LEONI

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 8 de maio de 1975.

- aa)) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO –
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3893/75, de 24 de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo nº 74/73, de 12 de março de

1973, na parte que designou MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ e EDMIR ENÉSIO DA SILVA, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para as funções de Pagador e Auxiliar de Pagador respectivamente, a partir de 24 de abril de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de maio de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3893/75, de 24 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E

designar EDMIR ENÉSIO DA SILVA e MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa para as funções de Pagador e Auxiliar de Pagador, respectivamente, percebendo as vantagens inerentes a partir de 24 de abril de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 8 de maio de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIA Nº 244/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3970/75, de 28 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a MARIA IGUINÉSIA CAVALARI FAGUNDES, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 245/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4105/75, de 29 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a HUGO MARTINS KOSOP, funcionário do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1975

a JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 246/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4059/75, de 29 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a LIGIA MARIA DA SILVA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1975.

a JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 247/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E

revogar a Portaria nº 20/75, de 13 de março de 1975, da parte que se refere a JOSÉ ELIAS MARTINS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que autorizou a prestar serviços extraordinários, partir de 1º de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1975.

a JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 248/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4452/75, de 7 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — designar OPHIR FABELINO DE SOUZA, ocupante do cargo de Oficial Legislativo nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JURANDIR MESSIAS, e;

II — autorizar o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral